Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2024 Nª 25.672 Preço banca: R$ 3,50

Lula defende taxação dos super-ricos e combate à fome na OIT

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quinta-feira (13), que o bem-estar da população está ligado aos compromissos de preservação do meio ambiente e defendeu a relação entre capital e trabalho para minimizar as desigualdades sociais. Lula discursou na sessão de encerramento do fórum inaugural da Coalizão Global para a Justiça Social no âmbito da 112ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça.

Ao listar diversos problemas que precisam ser enfrentados para melhorar a qualidade do trabalho no mundo, o brasileiro afirmou que a OIT é ainda mais relevante diante dos desafios que existem hoje. O fórum é iniciativa do diretor-geral da OIT, Gilbert Houngbo, ao lado de quem Lula exercerá a co-presidência da coalizão.

"Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na desigualdade. Por isso, aceitei o convite do diretor-geral Gilbert para co-presidir a Coalizão Global para a Justiça Social. Ela será instrumental para implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O ODS 8, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, sobre Trabalho Decente para Todos não está avançando na velocidade e na escala necessárias para o cumprimento de seus indicadores", disse Lula, lembrando que "a informalidade, a precarização e a pobreza são persistentes". Página 6

Haddad e Tebet defendem aceleração de agenda de corte de gastos

Página 3

Aeroporto de Guarulhos tem 291 imigrantes retidos em área restrita

Página 2

São Paulo estuda passar Hospital Emílio Ribas para iniciativa privada

O governo de São Paulo estuda passar para a gestão privada o Instituto de Infectologia Emílio Ribas. O hospital é um serviço porta aberta – que atende sem agendamento prévio – sob administração direta da Secretaria Estadual de Saúde.

Nesta semana, uma reunião entre a direção do hospital e representantes dos funcionários discutiu a proposta. As possibilidades de mudanças na administração do hospital foram apresentadas pelo diretor do Instituto Butantan, Ésper Kallas.

A Secretaria de Saúde informou que o tema não é debatido de forma oficial dentro da pasta, mas reconheceu que existe uma discussão do assunto fora dos canais oficiais.

Os funcionários se reuniram em assembleia na última terça-feira (11) para analisar o tema a partir dos relatos sobre uma reunião ocorrida na semana anterior.

Em comunicado aos trabalhadores do hospital, foi informado que a instituição tem necessidade de mais flexibilidade na gestão, especialmente de recursos humanos e financeiros.

Entre as possibilidades para o Emílio Ribas está a fusão com o Hospital das Clínicas, um grande complexo hospitalar que fica ao lado do instituto de infectologia. "A história do Emílio Ribas é uma história que se arrasta já há muitos anos. E, desde o começo da reforma, que começou 10 anos atrás, já havia essa hipótese da junção do hospital Emílio Ribas à autarquia especial do Hospital das Clínicas", lembra o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Augusto Ribeiro.

A reforma mencionada por Ribeiro começou em 2014 e a previsão inicial era custar R$ 139 milhões e terminar em 2016. A melhoria dos espaços já existentes e a ampliação de leitos, no entanto, só foram parcialmente concluídas no final de 2023, e o investimento chegou a R$ 189 milhões. Uma nova licitação para a terceira fase dos trabalhos foi aberta em outubro e a previsão é que sejam gastos mais R$ 140 milhões em melhorias na instituição.

Já houve momentos em que organizações sociais terceirizaram parte dos serviços do hospital. Na última experiência, a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina assumiu parte da unidade de tratamento intensivo. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, a entidade está afastada do hospital há mais de um ano.

Caso haja a fusão com o complexo do Hospital das Clínicas, o Emílio Ribas pode passar a ser gerido pela Fundação Faculdade de Medicina, uma instituição privada, sem fins lucrativos, que atua na administração e contratação de pessoal do hospital. (Agência Brasil)

Brasil colherá 297,5 milhões de toneladas de grãos, estima a Conab

Foto/CNA/Wenderson Araujo/Trilux

Página 3

Saúde reajusta bolsa do Mais Médicos em 8,4%

Página 6

Senadores selecionam medidas para compensar desoneração da folha

As lideranças do Senado Federal formularam na quinta-feira (13) uma lista de medidas para compensar a perda de arrecadação do governo de R$ 17 bilhões com a desoneração da folha de pagamento de municípios e setores econômicos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que vai analisar as propostas apresentadas.

Entre as medidas selecionadas, estão o Programa de Regularização Tributária (PRT), em tramitação na Câmara Página 4

Esporte

SM Kart Competition realizará 5ª etapa neste domingo

O SM Kart Competition realizará a quinta etapa de seu campeonato neste domingo (16), a partir das 12 horas, no Kartódromo de Interlagos (SP). Na rodada de oito horas de competições serão disputadas 14 corridas, que valem por 22 categorias. A expectativa é da participação de mais de 200 pilotos.

No evento acontecerão várias interações e brincadeiras nos boxes, a maioria com motivos juninos, como casamento da noiva mais alta com o noivo mais baixo, feirinha de produtos, desafios, desfile de carros preparados pela FlowGarage, além de muitos prêmios, inclusive de macacões, sapatilhas e luvas.

A principal atração do dia será a Corrida de Casais, em comemoração ao Dia dos Namorados, onde os homens e mulheres correrão separados, cada um fazendo metade da prova.

Confira os primeiros colocados em cada categoria no campeonato:

Estreantes Feminina: 1) Aurélia Freitas, 161 pontos; 2) Mirna Lopes, 141; 3) Rafaela Eccel, 139; 4) Gabriela Rodrigues Bezerra, 121; 5) Fatima Zaza, 117; 6) Monique Oliveira Wisniewski, 91.

Speed Angels Light: 1) Pyetra Leão, 159 pontos; 2) Nathalia Bezerra, 144; 3) Lilian Maurici, 131; 4) Nina Aguiar, 126; 5) Lucimara Ido Reimberg, 124; 6) Jessica Tanaka, 108.

Duplas Estreantes Feminina/ Speed Angels Light: 1) GIRLS RACING, 269 pontos; 2) MINI, 267; 3) IRMÃS BEZERRA, 265; 4) SCORPIO GIRLS IN KART, 242; 5) ECCEL RACING, 219; 6) ZAZANUTTO, 219.

Estreantes Misto: 1) Lucas D'Angelo, 159 pontos; 2) Anderson Lopes Souza, 130; 3) Leonardo Biondi, 128; 4) Ovídio Potasio, 121; 5) Henrique Costa Alves, 110; 6) Mikhael Bispo, 104.

Novatos Misto: 1) Nicolas Rodrigues, 149 pontos; 2) Aguinaldo Zanutto, 120; 3) Gustavo Pavan, 117; 4) Ryan Thiago Eccel, 114; 5) Ciro Albarelli, 98; 6) José Rodrigo Taveira, 93.

Graduados B: 1) Fábio Roberto Gomes Silva, 136 pontos; 2) Nicolas Rodrigues, 135; 3) Amanda Ramos, 130; 4) Alan Zanutto, 122; 5) Roberto Guimarães, 114; 6) Herbert Barbosa, 111.

Graduados: 1) Matheus Nozaki, 146 pontos; 2) Luiz Marcelo Oliveira, 134; 3) Peterson Rodrigues, 129; 4) Jessica Munic, 127; 5) Thiago Eloy, 122; 6) Amanda Ramos, 114.

Sênior 40 anos: 1) Paulo Policeno, 164 pontos; 2) Jorge Roque, 129; 3) Peterson Rodrigues, 128; 4) Ozéias Bezerra, 120; 5) Luiz Marcelo Oliveira, 116; 6) Marcelo Carvalhaes, 115.

Super Sênior 55 anos: 1) Valdo Gregório, 145 pontos; 2) Jorge Filipe, 133; 3) Roberto Guimarães, 124; 4) Marco Antônio Verga, 120; 5) Guto Oliveira, 118; 6) Miguel Sacramento, 105.

Sênior e Super Sênior – Geral: 1) Paulo Policeno, 150 pontos; 2) Valdo Gregório, 120; 3) Marco Antônio Verga, 118; 4) Peterson Rodrigues, 118; 5) Jorge Roque, 112; 6) Jorge Filipe, 109.

Duplas Sênior 40 anos/Super Sênior 55 anos: 1) DEIXA QUE EU BATO, 274 pontos; 2) SÃO JORGE, 263; 3) SÓ NA MUSICA RACING, 237; 4) SÓ NA MORAL, 234; 5) DEIXA QUE EU GRITO, 216; 6) SÓ ALEGRIA, 205.

Speed Angels Mini Endurance: 1) Peterson Rodrigues, 132 pontos; 2) Paulo Policeno, 132; 3) Jéssica Munic, 122; 4) Jorge Roque, 119; 5) Jorge Sobrinho, 110; 6) João Gabriel Gregório, 97.

Foto/ Priscila Paiva

A *competitividade de cada prova é bem grande no SM Kart Competition*

Duplas Speed Angels Mista: 1) SÓSIAS RACING, 214 pontos; 2) OS BOMBADOS, 212; 3) TRATOR E ESTEIRA, 211; 4) SÃO JORGE ANGELS, 210; 5) COOLER KART, 210; 6) PAZ E AMOR RACING, 190.

KDA Light: 1) Kimi Morgan, 148 pontos; 2) Matias D Arino, 131; 3) Vagner David, 129; 4) Admir da Rosa, 123; 5) Alan Zanutto, 118; 6) Nicolas Rodrigues, 67.

Futerock Heavy 105 Kg: 1) Aguinaldo Zanutto, 148 pontos; 2) Charley Gima, 147; 3) Luiz Marcelo Oliveira, 146; 4) Rodrigo Oliveira, 143; 5) Gustavo Pavan, 138; 6) Michael Romero Santos, 98.

KDA/Futerock – Geral: 1) Alan Zanutto, 140 pontos; 2) Kimi Morgan, 135; 3) Aguinaldo Zanutto, 133; 4) Charley Gima, 131; 5) Rodrigo Oliveira, 123; 6) Gustavo Pavan, 118.

Depintor Racing – Nascar: 1) Jonatas Barbosa, 160 pontos; 2) Marco Depintor, 144; 3) Clovis Eduardo Vaz, 144; 4) Daniel Mascarenhas, 133; 5) Jessica Munic, 131; 6) João Gabriel Gregório, 103.

Depintor Racing – Stock: 1) Paulo Depintor, 153 pontos; 2) Rogério Vaz Sousa, 145; 3) Antônio Carlos Alves, 132; 4) Isaias Gonçalves Santos, 131; 5) Fernando Montes, 118; 6) Silas Oliveira, 91.

Santidade Racing: 1) Frei Diego Santana, 159 pontos; 2) Anderson Tanaka, 142; 3) Frei William Oliveira da Silva, 99; 4) Adener Almeida dos Santos, 93; 5) Matheus Fortes Bonelli, 92; 6) Frei Henrique Francisco Ribeiro, 89.

Mário Rotama: 1) Robson Azevedo, 169 pontos; 2) André José Silva, 138; 3) Mario Rotama, 131; 4) Alisson Antonelli, 128; 5) José Carlos dos Santos, 119; 6) Mateus Paiva dos Santos, 92.

Santidade Racing/Mário Rotama – Geral: 1) Robson Azevedo, 123 pontos; 2) André José Silva, 101; 3) Mario Rotama, 94; 4) Alisson Antonelli, 90; 5) Frei Diego Santana, 88; 6) Anderson Tanaka, 82.

FlowGarage: 1) Alan Zanutto, 153 pontos; 2) William Smanhoto Filho, 115; 3) Mateus Iaconelli, 73; 4) Victor Augusto Baptista, 73; 5) Matheus Sergi, 72; 6) Rafael Iaconelli, 68.

O SM Kart Competition tem apoio de Aboissa Commodity Brokers, Adelante Sports, AKSP, Albarelli Sistemas, Aldeia da Serra Biscoitos, Alpie Escola de Pilotagem, Alvorada Pets, Aqui jaz, Artmix, Banda Gozi, Banda Rolições Selvagens, Bar Lounge 97, Box4Cars, Braúna Investimentos, Bunny Burguer, Caio Andrade Teto Baixo Tatoo, Cantina 1020, Carlos Masso Terapias Corporais e Energética, Cento e Onze Design, Cervejaria Paulistânia, Clinica de Olhos AS, Directa Imóveis, Divando com Andy Fani, DKR Luvas e Macacões, Dra Karla Gurgel, Dra Deise Mitaki, Dr Pablo Magalhães, Doce do Conde, ECPA, Energy, Espaço Ita Wegman, Estética LS, Família Presto Pizzaria e Restaurante, Filé Restaurante e Bar, Flávia Sorrentino Estética, Floricultura Jardim dos Amores, FuteRock, Grakar, Gigia Pastel do Mercadão, Gym Free Tensores para Treinamento, Harder Than, Infinity, Itália no box, Jacaré Vitaminas, Jornal O Dia SP, K-Burguer 97, K' Cakes Confeitaria Artesanal, Loba Eventos, Laurelli Escola de Pilotagem, LR Interlagos, MasterMídia Marketing, Meg Star Speedwear, Monster English, Nicoboco, Nova Aclimasom, Padaria Karol 97, Pierri's, PFox Informática, Philadelfia Confecções, Planet Photo, Powerfull Teacher, School Fighter, SM Renovadora de Veículos, SOS Veterinária, Speed Angels Kart Racing Girls, Studio JZ Danças e Teatro, Sky Pizza, Surah Korean Cuisine, Trip 'n' Ride, TriploNet Internet Fibra Optica, ULV, VF Simuladores, W.I.S Secret, Wise Up, Zio Vito Pizza e Pasta.

Aeroporto de Guarulhos tem 291 imigrantes retidos em área restrita

Centenas de imigrantes, a maior parte deles provenientes da Índia, encontram-se atualmente retidos em uma área restrita do Aeroporto Internacional de Guarulhos. A informação foi confirmada na quarta-feira (12) pelo Ministério Público Federal (MPF) de São Paulo, que convocou reunião emergencial para amanhã, com a Polícia Federal, a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados, a concessionária GRU Airport e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na qual a situação será discutida.

A área restrita é uma região do terminal onde os imigrantes ainda não foram admitidos, ou seja, eles ainda não ingressaram no país oficialmente por estarem sem visto ou documentos. É onde estrangeiros aguardam a solicitação de refúgio ou a repatriação a seus países de origem.

O MPF declarou essa situação como "nova crise humanitária instalada no aeroporto", relembrando que, recentemente, o aeroporto de Guarulhos recebeu grande fluxo de pessoas vindas do Afeganistão e também do Vietnã.

Segundo o órgão, que teve representantes ontem no aeroporto, cerca de 400 imigrantes estiveram na área nesta terça-feira na área de imigração, sem poder entrar no país, o que tem chamado a atenção das autoridades brasileiras. A maioria é de indianos, mas há também cidadãos de outros países, como Nepal. Ainda não há confirmação sobre os motivos que levaram estes imigrantes a partirem para Brasil. As informações iniciais indicam que eles chegaram a Guarulhos em diferentes voos nos últimos dias e estão enfrentando problemas para a liberação de entrada. Entre essas dificuldades estão falhas no Sistema Nacional de Processamento de Pedidos de Refúgio (Sisconare), a plataforma digital para o registro de pedidos de refúgio no país.

Ministério da Justiça

Em nota, o Ministério da Justiça e Segurança Pública diz que trabalha na solução de "instabilidades momentâneas" que afetam a ferramenta, o que ocorre devido a "atualizações e melhorias realizadas em outros sistemas eletrônicos da pasta com os quais o Sisconare tem ligação".

De acordo com a pasta, são 291 os imigrantes retidos na área restrita nesta quarta-feira, "viajantes que, em sua maioria, já manifestaram a intenção de solicitar refúgio e deverão ter o seguimento do seu processo nos próximos dias".

O ministério informou ainda que, junto com a Polícia Federal, está comprometido a "acelerar e maximizar a capacidade de processamento dos pedidos, com observância das normas afetas ao refúgio e respeito aos direitos humanos".

A prefeitura de Guarulhos informou que o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, equipamento municipal instalado no aeroporto de Guarulhos, não foi notificado oficialmente sobre a situação dos indianos. (Agência Brasil)

Alesp aprova abono salarial e mínimo paulista a parcela do funcionalismo público

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou na quarta-feira (12) o Projeto de Lei Complementar enviado pelo Governo do Estado que garante o aumento no abono pago a categorias de servidores públicos estaduais para que suas remunerações sejam equiparadas ao novo salário mínimo paulista, reajustado em maio para R$ 1.640. Estão incluídos funcionários de secretarias e autarquias, além da Procuradoria e Controladoria Geral do Estado.

O texto prevê que os servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado que recebem menos do que o mínimo estadual tenha suas remunerações equiparadas a R$ 1.640 para o cumprimento de jornada completa de trabalho (40 horas); R$ 1.230 para jornada comum (30 horas); e R$ 820 para jornada parcial (20 horas).

A lei complementar entrará em vigor após sanção do governador Tarcísio de Freitas, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2024.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Confirmada a candidatura [pelo PSDB] do Datena à prefeitura paulistana, talvez com o ex-vereador Mario Covas Filho como vice, em chapa puro sangue, estimam os tucanos que dá pra eleger pelo menos 2 vereadores em 2024 ...

PREFEITURA (São Paulo)
Histórias : sem dar entrevista coletiva no final do evento da candidatura 2024, Datena voltou a dizer que era pra ter sido vice do Bruno Covas (PSDB) em 2020, querendo dizer que hoje seria o prefeito [e não o Ricardo Nunes (MDB)] ...

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Alguns parlamentares estão observando com alguma preocupação o fato do Datena [agora no PSDB] ser mais uma vez candidato à prefeitura paulistana. Consideram que se não pode ganhar, pode tirar votos do Boulos e do Nunes ...

GOVERNO (São Paulo)
Almoço entre o governador Tarcísio (ainda no Republicanos da igreja (MG) Universal) e o prefeito paulistano Ricardo Nunes (MDB do Temer e do Baleia) não será pra definir o nome que já tá definido sobre quem será o vice da chapa 2024 ...

CONGRESSO (Brasil)
Ex-governador e ex-senador (MG), o deputado federal (MG) Aécio Nevez fez sucesso, ontem em São Paulo. Quase 100% repaginado [corpo e rosto], foi uma das atrações no lançamento da candidatura do Datena à prefeitura 2024 ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Presidente Lula (dono do PT), que participa como convidado do G7 [países mais ricos do mundo] voltou a dizer que não participará de encontros pra encerrar a guerra {Rússia x Ucrânia] sem que ambos se comprometam em fazer as pazes ...

PARTIDOS (Brasil)
PSDB : agora candidato dos tucanos à prefeitura de São Paulo, Datena diz que irá pra campanha sem usar colete a prova de balas e aconteça o que acontecer. Sobre quem quer o velório tucano, diz que vai ganhar a eleição. Com Mario Covas de vice ?

ANO 32
O jornalista **Cesar Neto** busca usar Inteligência Espiritual nesta coluna de política. Na imprensa [Brasil] desde 1993, recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [SP], como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@cesarneto.com

A PALAVRA - "Pois não me envergonho do evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego" **Romanos 1:16**

Entenda como hotéis no centro eram usados para lavar dinheiro do crime organizado

A Polícia Civil de São Paulo deflagrou na quinta-feira (13) uma operação contra um esquema de lavagem de dinheiro do crime organizado que utilizava uma rede de hotéis e pensões no centro da capital.

A terceira fase da Operação Downtown prendeu, até o início da tarde da quinta, 14 pessoas e apreendeu mais de R$ 27 mil em espécie. Ao todo, foram 140 mandados de busca e apreensão autorizados pela Justiça.

As investigações do Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc) começaram há um ano. Os policiais encontraram 28 hospedagens que eram usadas para lavagem de dinheiro do tráfico de drogas.

Os estabelecimentos funcionavam como centros de armazenamento e distribuição de drogas. Além disso, os hotéis compunham uma rede para dar aparência de licitude às atividades da facção criminosa, como explica o secretário da segurança pública de São Paulo, Guilherme Derrite.

"Foi um trabalho robusto de inteligência policial por parte do Denarc. (Os investigadores) concluíram que o crime organizado faz a lavagem do dinheiro proveniente do tráfico de drogas utilizando de muitas pensões e hotéis clandestinos da região central. Desses hotéis, saíam pagamentos e transações financeiras para outras empresas que, depois, chegavam a empresas que pertenciam a criminosos", afirma o secretário.

A investigação da polícia paulista levantou o fluxo de capital advindo da prática criminosa e fez uma espécie de raio-x de como o dinheiro chegava em empresas controladas pelo crime organizado a partir de pagamentos fictícios da rede hoteleira. A Justiça ainda autorizou o bloqueio de 26 contas de pessoas jurídicas e físicas envolvidas no esquema.

A primeira fase da Operação Downtown, ocorrida em junho do ano passado, já havia cumprido 27 mandados de busca e apreensão e teve 33 pessoas detidas. Já a segunda fase terminou com cinco presos e R$ 43 mil apreendidos.

Com casos de coqueluche em alta, Governo alerta para importância da vacinação

O estado de São Paulo registrou 139 casos de coqueluche até a 23ª semana epidemiológica deste ano, encerrada em 8 de junho, representando alta de 768,7% na comparação ao mesmo período do ano passado, quando foram confirmados 16 registros. A doença, caracterizada por uma infecção respiratória bacteriana, afeta principalmente bebês de até 1 ano e a vacinação é a melhor forma de prevenção. A imunização está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas.

A vacina é distribuída pelo Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI) e é conhecida como pentavalente. A imunização deve ser realizada nos primeiros meses de vida, aos 2, 4 e 6 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses. Neste ano, a cobertura vacinal para o imunizante está em 76,3% no estado.

A vacina adsorvida difteria, tétano e coqueluche (dTpa) na rede pública é recomendada para gestantes e profissionais de saúde. O DPNI ampliou de forma excepcional e temporária a vacinação dos profissionais de berçário e creches que atendem crianças de até 4 anos.

A diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), Tatiana Lang, explica que, apesar da eficácia em prevenir surtos da doença, a vacinação precisa de reforços periódicos. "A imunidade não é duradoura, por isso, é importante reforçar a vacinação, que está disponível em todos os 645 municípios do estado de São Paulo."

Sintomas

Considerada altamente contagiosa e com potencial transmissor ainda maior que o da Covid-19, a coqueluche é causada pela bactéria Borderella pertussis e tem como principais sintomas crises de tosse seca, febre baixa, corrimento nasal e mal-estar.

A doença pode levar crianças ao quadro de insuficiência respiratória e até mesmo ir a óbito.

O quadro da doença pode ser desenvolvido em três fases:

Fase catarralque

Dura até duas semanas, marcada por febre pouco intensa, mal-estar geral, coriza e tosse seca, sendo a fase mais infectante e com maior intensidade das crises de tosse.

Fase paroxística

Dura de duas a seis semanas, e a febre se mantém baixa, com início das crises de tosse súbitas, rápidas e curtas, que podem comprometer a respiração.

Fase de convalescença

Sintomas anteriores diminuem em frequência e intensidade, embora a tosse possa persistir por vários meses.

Transmissão

A contaminação se dá pelo contato com pessoas infectadas ou por gotículas expiradas ao tossir, falar ou espirrar, podendo gerar, a cada infecção, outros 17 casos secundários. Os sintomas podem durar entre 6 a 10 semanas, ou mais, a depender do quadro clínico de cada caso.

A doença tende a ser transmitida mais facilmente em clima ameno e frio, como na primavera e no inverno, devido ao fato das pessoas permanecerem a maior parte do tempo em ambientes fechados.

Dúvidas sobre a vacinação?

O Governo de SP, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, criou o portal "Vacina 100 Dúvidas" com as 100 perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A ferramenta esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. O acesso está disponível no link: www.vacina100duvidas.sp.gov.br.

Concurso da nova sede do Governo de SP tem 62 interessados

O Concurso Público Nacional de Arquitetura para a nova sede administrativa do Governo de São Paulo nos Campos Elíseos teve 62 inscrições. O período para os interessados se inscreverem terminou na quarta-feira (12). O prazo para a entrega final das propostas vai até 10 de julho.

Promovido pela Companhia Paulista de Parcerias (CPP) e tendo o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo (IAB) como organizador, o concurso vai selecionar o projeto em fase de estudo preliminar que deve servir de base para orientar a transformação da área que abrigará a sede na região central da capital.

"A seleção de projetos de arquitetura e urbanismo por meio de concursos públicos garante a ampliação do debate público desde o lançamento do concurso até a divulgação de todas as propostas recebidas, e permite que o promotor tenha a sua disposição a melhor proposta técnica e financeira para o empreendimento dentre ampla variedade de alternativas", afirma o IAB SP em nota.

O projeto vencedor receberá um prêmio de R$ 850 mil. Já o segundo colocado receberá R$ 100 mil, enquanto o terceiro colocado será premiado com R$ 50 mil, além de possíveis menções honrosas.

O objetivo do concurso é tornar o processo da nova sede mais transparente, promovendo um debate público em torno da proposta bem como a seleção do melhor projeto que atenda ao programa estabelecido pelo governo. A reunião de órgãos públicos e a previsão de uma grande densidade de pessoas no local contribui para a dinâmica da região e para a requalificação do centro paulistano.

Após a entrega das propostas (até 10/7), se inicia o período de julgamento, que vai até 5 de agosto. A divulgação do resultado do concurso será em 19 de agosto.

Todo o processo para a entrega das propostas ocorre por meio eletrônico. As instruções e formulários estão disponíveis no site oficial do concurso (https://concursogovspnocentro.org.br).

A participação é aberta exclusivamente a arquitetos e urbanistas residentes no Brasil. O profissional precisa ser legalmente habilitado, com registro profissional regularizado e adimplente junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). No ato da inscrição, o responsável técnico teve que indicar a pessoa jurídica à qual é vinculado, que será a empresa que poderá ser contratada para o desenvolvimento do projeto executivo de arquitetura, caso a proposta seja a vencedora. A Pessoa Jurídica deve estar registrada e adimplente junto ao CAU.

As propostas deverão considerar obrigatoriamente a lei de zoneamento e o Plano Diretor do município de São Paulo, as resoluções de tombamento do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e a área de intervenção urbana no setor central.

A área disponibilizada para os projetos da nova sede abrange quatro quadras no entorno da praça Princesa Isabel, em que poderão ser projetados edifícios que contemplem área construída total de até 450 mil m². A esplanada contará com novos prédios para reunir todas as secretarias, fundações e autarquias estaduais. O Governo de São Paulo estima que ao menos 22 mil servidores públicos passarão a atuar no novo complexo com a mudança.

A Comissão Julgadora é composta por sete arquitetos e urbanistas membros titulares e dois suplentes. Três nomes foram indicados pelo promotor do concurso, o Governo do Estado de São Paulo, outros três indicados pelo organizador, o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo (IAB). O sétimo participante do júri foi indicado em comum acordo entre o governo e o IAB. Cada uma das instituições também indicou um suplente.

Os membros titulares são: Elisabete França, Helena Aparecida Ayoub Silva, Heloisa Maria de Salles Penteado Proença, Lilian Aparecida Alcala de Almeida Dal Pian, Paulo Henrique Paranhos de Paula e Silva, Paulo Julio Valentino Bruna e Renata Vieira da Motta.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Haddad e Tebet defendem aceleração de agenda de corte de gastos

Após a devolução da medida provisória que pretendia limitar a compensação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o governo acelerará a agenda de revisão de gastos públicos, disseram na quinta-feira (13), em Brasília, os ministros Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Eles se reuniram para discutir o tema e reafirmaram a unidade da equipe econômica em torno do corte de gastos.

"Começamos a discutir o Orçamento de 2025, a agenda de gastos. Vamos manter um ritmo mais intenso de trabalho neste mês, porque, em julho, começa a ser montada a peça orçamentária, e, em agosto, a peça é encaminhada ao Congresso Nacional. Estamos fazendo uma revisão ampla, geral e irrestrita do que pode ser feito para acomodar as várias pretensões legítimas do Congresso e do Executivo, mas sobretudo para garantir que tenhamos tranquilidade no ano que vem", declarou Haddad.

Segundo o ministro, a agenda de gastos envolverá tanto despesas primárias (executadas com a arrecadação de tributos), financeiras (desenvolvidas com recursos da dívida pública e do Banco Central) e gastos tributários (benefícios fiscais que impactam a arrecadação).

"Gasto primário tem de ser revisto. Gasto tributário tem de ser revisto e gasto financeiro do Banco Central também. Quanto mais esses três gastos estiverem caindo, melhor para o país", frisou Haddad.

O ministro desmarcou um seminário com investidores no Rio de Janeiro para se reunir com Tebet. Segundo Haddad, o Congresso Nacional está comprometido em lançar a agenda de revisão de gastos após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, devolver trechos da medida provisória do PIS/Cofins.

Combate a privilégios

Em audiência pública na quarta-feira (12) na Comissão Mista de Orçamento, Tebet explicou que a agenda de revisão de gastos terá três frentes.

A primeira é a fiscalização e eliminação de fraudes de programas sociais, como o Bolsa Família. A segunda é a redução de incentivos fiscais. A terceira é a modernização de despesas obrigatórias, como saúde, educação e benefícios previdenciários.

O ministro Haddad disse que a agenda também envolve o combate a privilégios. "Nós queremos rever gastos primários, estamos dispostos a cortar privilégios. Voltaram à tona vários temas que estão sendo discutidos de novo, o que é bom, como supersalários, como correção de benefícios concedidos ao arrepio da lei, correção de cadastros. Isso tudo voltou para a mesa. Nós achamos que é ótimo isso acontecer, porque vai facilitar o trabalho de equilibrar as contas", assegurou.

Incentivos fiscais

Ao lado de Haddad, Tebet defendeu especialmente a revisão de incentivos fiscais. "Se estamos falando de R$ 630 bilhões em renúncia só de gastos tributários, imagina em outras medidas, então tem uma ampla margem de revisão de gastos. Ainda há algumas cartas na manga, o ministro Haddad sabe ainda de onde fazer esse recurso inclusive com relação a fraudes", disse.

Assim como na audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, a ministra disse que a agenda de revisão de gastos está em fase inicial. Segundo Tebet, os dois ministros têm total liberdade para levantar pontos e apresentar propostas para posteriormente definir os filtros. "O cardápio ainda não foi apresentado ao presidente Lula", declarou.

A fala de Haddad, ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet, ocorre numa semana de piora do mercado financeiro diante de uma percepção de que o governo não consegue tocar uma agenda de corte de gastos.

PIS/Cofins

O ministro da Fazenda repetiu que a equipe econômica - principalmente a Receita Federal - apoiará o Senado no desenvolvimento de uma alternativa para compensar a devolução da medida provisória do PIS/Cofins.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal, o governo e o Congresso precisam entrar em um acordo até o fim de julho para que a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de pequenos municípios seja prorrogada.

Segundo o ministro, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), se encarregou de fazer a interlocução da equipe econômica com os senadores. "O dia a dia da Receita Federal é localizar brechas [tributárias] que estão sendo utilizadas, o que inclusive corrompe o sistema de concorrência. Porque se um empresário está fazendo uma coisa e o outro está fazendo individualmente, você desequilibra o jogo da concorrência. E o que nós queremos na economia", justificou Haddad. (Agência Brasil)

Brasil colherá 297,5 milhões de toneladas de grãos, estima a Conab

A produção de grãos projetada para a safra 2023/2024 é 297,54 milhões de toneladas, volume é 7% inferior ao registrado na temporada anterior. A diferença entre as duas safras é 22,27 milhões de toneladas, de acordo com o 9º Levantamento da Safra de Grãos divulgado na quinta-feira (13) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A companhia explica que essa quebra é resultado das "condições climáticas adversas" que acabaram por influenciar as principais regiões produtoras do país.

"Já os cultivos de segunda safra, que tiveram a colheita iniciada, têm apresentado melhores produtividades", informou a Conab, ao comparar a estimativa atual com a anterior, publicada em maio. O aumento projetado é 2,1 milhões de toneladas, com destaque para milho, algodão em pluma e feijão.

A estimativa de produção do milho 2ª safra está em 88,12 milhões de toneladas. Neste ciclo, a colheita chega a 7,5% da área semeada, tendo por base divulgação anterior da Conab, no levantamento Progresso de Safra, na semana passada.

Apesar da disparidade das condições climáticas que foram registradas no país, "foi verificado em importantes estados produtores uma melhora na produtividade das lavouras".

Mato Grosso do Sul, São Paulo e parte do Paraná registraram redução e/ou falta de chuvas durante o ciclo do milho 2ª safra. Isso resultou em quedas no potencial produtivo. No entanto, em Mato Grosso, no Pará, Tocantins e parte de Goiás, as precipitações "bem distribuídas ao longo do desenvolvimento da cultura", associado à tecnologia usada pelo produtor resultaram em "boas produtividades nos talhões colhidos e boas perspectivas nas áreas ainda em maturação".

Diante desse cenário, a estimativa para a produção total do grão é 114,14 milhões de toneladas.

"O clima também tem favorecido o algodão, cujas lavouras se encontram predominantemente nos estágios de formação de maçãs e maturação. Nesta temporada, a área semeada está estimada em 1,94 milhão de hectares, crescimento de 16,9%, o que influencia na expectativa de incremento de 15,2% na produção da pluma, podendo chegar a 3,66 milhões de toneladas", detalhou a Conab.

Arroz

A situação do arroz é bem melhor do que o cenário sugerido em meio às enchentes registradas no Rio Grande do Sul, estado que, sozinho, corresponde por mais de 70% de área cultivada e da produção deste grão no país. O levantamento da Conab prevê uma produção de quase 10,4 milhões de toneladas de arroz nesta safra.

Gerente substituto de Acompanhamento de Safras da Conab, Marco Antônio explica que o arroz já se encontra 99,2% colhido, faltando apenas algumas áreas em Goiás, no Tocantins e uma maior parte no Pará e Maranhão. "Por sorte, no dia 26 de abril, antes do começo das chuvas, 93% das áreas já estavam colhidas no estado", justificou o técnico.

Ele lembra que problemas vinham sendo percebidos desde o início do cultivo deste grão, e que o excesso de chuva em setembro resultou em atraso no plantio e, até mesmo, na desistência do cultivo em muitas áreas. No entanto, durante a restante do ciclo, as condições foram "favoráveis na maioria dos estados produtores".

"Infelizmente, no Sul do Brasil, em maio, ocorreram esses excessos de precipitações que prejudicaram o andamento final da colheita no estado do Rio Grande do Sul. Mesmo assim, nessa safra a área cultivada ficou em 1,591 milhão de hectares, número 7,6% superior ao da última safra", explicou Marco Antônio.

"A produtividade teve uma redução e está agora estimada em 6.652 quilos por hectare, número 3,7% inferior ao da última safra. Quanto à produção, ela tá estimada em 10,395 mil toneladas, resultado 3,6% superior a última safra. Por fim, em relação ao último levantamento, o arroz teve uma redução de 0,9% na estimativa, em função das fortes chuvas enchentes ocorridas no RS", acrescentou ao estimar alguma queda com relação ao rendimento médio do produtor no estado, em função das chuvas.

Feijão

A estimativa da Conab para a produção de feijão é de um aumento de 9,7% na produção total na safra 2023/2024. Com isso, mais de 3,3 milhões de toneladas deste grão deverão ser colhidas no país.

"Apenas na segunda safra da leguminosa, a estatal prevê uma alta de 26,3% no volume a ser colhido, impulsionado pelo cultivo do feijão preto e do caupi, que devem registrar uma colheita de 589,4 mil toneladas e 462,8 mil toneladas respectivamente", detalhou a Conab.

No caso do feijão preto, a alta estimada é influenciada por um aumento de 8,5% na produtividade e, principalmente, pela maior área destinada para o cultivo, com alta de 63,5% chegando a 331 mil hectares. "Para o tipo caupi o cenário é oposto. Enquanto a área cresce 4,9%, o desempenho das lavouras registra uma melhora de 20,6%. Na terceira safra da leguminosa, cerca de 60% da área é irrigada e o plantio está em andamento". (Agência Brasil)

Alckmin diz que governo tem "absoluta confiança" de que dólar vai cair

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou na quinta-feira (13) que o governo tem absoluta confiança de que a alta do dólar é transitória e que a cotação da moeda internacional vai ceder.

A declaração foi feita um dia depois de a moeda americana ter ultrapassado a cotação de R$ 5,40 pela primeira vez desde janeiro de 2023.

"Nós temos absoluta confiança de que o dólar vai cair, isso é coisa momentânea", afirmou.

A moeda norte-americana tem apresentado tendência de alta desde o fim do ano passado, quando era negociada por volta de R$ 4,80. Nesta semana, a cotação foi impulsionada por fatores como um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre equilíbrio das contas públicas com aumento de arrecadação; e a devolução pelo Congresso de uma medida provisória (MP) editada pelo governo que pretendia limitar a compensação que empresas podem fazer do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Com a MP, o governo esperava arrecadar R$ 29,2 bilhões.

Outro fator que contribuiu para o nervosismo da moeda foi a decisão do Federal Reserve (FED, o Banco Central americano) de não cortar a taxa de juros, ou seja, um sinal recessivo para as economias norte-americana e mundial.

Alckmin reforçou o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas e acrescentou que esse foi o motivo de o governo editar a MP que inibia as compensações tributárias.

"O governo do presidente Lula tem compromisso com o arcabouço fiscal. Aliás, a questão da MP foi exatamente para poder, de um lado, cumprir a responsabilidade fiscal, que é compromisso do governo brasileiro; e de outro, cumprir uma decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal", declarou.

Alckmin se referia à decisão de Zanin do último dia 17, que suspendeu, por 60 dias, o processo que trata da desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios até 2027.

Relação com o Legislativo

Sobre a relação com o Congresso após a devolução da MP e a busca por medidas que compensem as desonerações sobre a folha de pagamento, Alckmin fez questão de passar uma palavra de confiança ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Tem feito um bom trabalho", e definiu o governo como "de diálogo". "Eu tenho certeza que a iniciativa do governo vai ser um esforço para melhorar a arrecadação e, do outro lado, para buscar melhor eficiência no gasto público, possibilitando fazer mais com menos dinheiro", declarou.

Investimentos

As declarações do presidente em exercício foram feitas durante o FII Priority Summit, evento patrocinado por um fundo de investimentos do governo da Arábia Saudita, que reuniu líderes empresariais e autoridades no hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro. Um dos objetivos do encontro é atrair investimento estrangeiro para o país. Haddad era esperado no evento, mas cancelou a agenda.

Ao falar sobre a relação com o país árabe, Geraldo Alckmin contextualizou que voltou de uma viagem a Riad há poucos dias e tem certeza de que "vamos ter muito investimento".

"Investimento recíproco. Levamos nove fundos de investimentos", completou Alckmin, destacando que o Brasil é o segundo receptor de investimento externo no mundo.

O presidente em exercício ressaltou cenários positivos da economia brasileira, como redução do risco-país (a percepção que investidores internacionais têm do Brasil), controle da inflação e queda do desemprego. Ele citou ainda características como oferta de matérias-primas, como petróleo, gás e minério, agricultura competitiva e indústria diversificada.

Segundo Alckmin, a reforma tributária "vai fazer diferença". "Em 15 anos pode promover crescimento do [Produto Interno Bruto, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país] PIB de 12%".

Ele afirmou também que o "Brasil tem compromisso com desenvolvimento inclusivo, sem deixar ninguém para trás".

Perguntado por jornalistas sobre qual seria um câmbio de equilíbrio no país, Alckmin não cravou um valor. "É difícil a gente falar número, mas eu tenho certeza de que essa elevação do dólar dos últimos dias é transitória. O Brasil tem bases sólidas e compromisso com a responsabilidade fiscal", reforçou.

A taxa de câmbio influencia diretamente na economia brasileira, com efeitos adversos. Em alta, facilita a vida de exportadores, que aumentam o faturamento em reais. Por outro lado, os produtos importados ficam mais caros e pressionam a inflação.

Sobre a taxa de juros básica no país, a Selic, Alckmin disse acreditar que seguirá a trajetória de queda. A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), órgão que define a taxa, será nos dias 18 e 19 de junho.

"A expectativa é de que continue caindo, não podemos agir por questões passageiras. Os fundamentos da economia brasileira são muito sólidos", enfatizou.

A decisão do Copom é importante para o país, pois juro mais baixo tende a colaborar para o aquecimento da economia, enquanto a taxa elevada é utilizada com justificativas de conter a inflação e atrair capital externo com perfil mais especulativo.

Presidência em exercício

Alckmin ocupa a presidência da República temporariamente em virtude da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Europa, onde participa de reuniões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Grupo dos 7 (G7), formado pelos países mais desenvolvidos do mundo.

Uma medida assinada pelo vice no exercício da presidência foi o decreto publicado nesta quinta-feira no Diário Oficial da União que zera o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os itens doados ao Rio Grande do Sul, estado que se recupera da calamidade provocada pela chuva. A medida vale até o fim do ano. (Agência Brasil)

Senadores selecionam medidas para compensar desoneração da folha

As lideranças do Senado Federal formularam na quinta-feira (13) uma lista de medidas para compensar a perda de arrecadação do governo de R$ 17 bilhões com a desoneração da folha de pagamento de municípios e setores econômicos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que vai analisar as propostas apresentadas.

Entre as medidas selecionadas, estão o Programa de Regularização Tributária (PRT), em tramitação na Câmara; os recursos de depósitos judiciais esquecidos em bancos há mais de cinco anos; um programa para incentivar o pagamento de multas devidas às agências reguladoras; a atualização de ativos; e a repatriação de recursos do exterior.

A lista ainda prevê usar para essa compensação tanto os recursos da taxação das compras internacionais de até US$ 50, quanto as receitas previstas pela medida provisória (MP) 1202, que limitou a compensação de créditos decorrentes de decisão judicial, ambas já aprovadas pelo Congresso Nacional.

O líder do governo no Senado e relator do projeto da compensação da desoneração, senador Jaques Wagner (PT-BA), disse que o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pediu empenho de todos os senadores para encontrar a compensação.

“Estamos com uma responsabilidade agora, que não é exclusiva dos senadores, é do governo também, evidentemente, e é dos empresários também. Então, na minha opinião, acho que terá uma espécie de esforço concentrado para encontrar essas compensações. Ninguém quer deixar ao léu essa falta de compensação”, comentou Wagner, acrescentando que vai levar as sugestões para o Ministério da Fazenda.

As lideranças selecionaram outras medidas que podem compensar a isenção aprovada no Parlamento sobre a folha de pagamento depois que a solução encontrada pelo governo por meio da Medida Provisória (MP) 1227/2024, que reduziu as compensações com PIS e Cofins por parte dos empresários, foi parcialmente rejeitada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O ministro Haddad disse que irá considerar as propostas dos senadores, até por facilitar a votação dessa compensação, já que a iniciativa partiu do próprio Senado.

“Todas as propostas dos senadores vão ser processadas por nós, para nós encaminharmos análise de impacto de cada uma delas. A mediação vai ser feita pelo senador Jacques Wagner, que vai fazer essa ponte, sem prejuízo do diálogo com os demais senadores interessados. Então, eu penso que nós vamos chegar a um denominador comum rápido”, destacou.

O autor da proposta da desoneração, senador Efraim Filho (União-PB), destacou que as medidas são ideias que podem ou não serem acolhidas pelo relator Jacques Wagner.

“As medidas de compensação devem vir de receitas novas, que não sacrifiquem o setor produtivo. Não adianta dar com uma mão e tirar com outra. Por isso que a medida provisória do Pis/Cofins foi tão mal-recebida no Congresso”, disse o parlamentar.

Ainda segundo Efraim, o Parlamento não deve aceitar medidas compensatórias que penalizem os empresários. “As medidas compensatórias não virão de um sacrifício do setor produtivo, não significarão aumento de alíquotas, nem aumento de carga tributária, mas receitas novas como o programa de regularização tributária, refis das multas de agências reguladoras e programas de atualização dos ativos financeiros no imposto de renda”, completou. (Agência Brasil)

Nova Caderneta da Criança atualiza teste para detecção de autismo

A nova edição da Caderneta da Criança – Passaporte da Cidadania fornece um teste para detecção precoce de risco para transtorno do espectro autista (TEA) com orientações adicionais para cuidadores e profissionais de saúde sobre a aplicação e a interpretação do exame.

Agora, foi acrescentada à publicação o *link* da entrevista de seguimento que deve ser aplicada quando a primeira etapa do teste é positiva. Em nota, o Ministério da Saúde reforçou que se trata de um teste de triagem, não de confirmação de diagnóstico.

No comunicado, a pasta avaliou a atualização da caderneta com a ferramenta como fundamental para o cuidado com as crianças, além de trazer informações relevantes para os pais, responsáveis, profissionais de saúde, de educação e de assistência social.

“As informações também são relevantes para que as famílias compreendam o significado do teste e que o diagnóstico de crianças com autismo necessita de uma equipe multiprofissional”, destacou o ministério, ao citar que o diagnóstico precoce permite intervenções em tempo oportuno.

A nova edição da caderneta traz ainda o calendário de vacinação infantil atualizado, com a dose contra a covid-19 incluída.

O Ministério da Saúde informou que prepara a impressão de cerca de 3 milhões de novas cadernetas para distribuição em todos os estados e capitais. A previsão é que o material seja encaminhado no segundo semestre de 2024. O formato *online* - com uma versão para meninos e outra para meninas - já está disponível no site da pasta. (Agência Brasil)

Vendas no varejo crescem 0,9% em abril

Em abril de 2024, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 0,9%, na comparação com março, na série com ajuste sazonal. Esse foi o quarto resultado positivo seguido do setor, que acumula alta de 4,9% no ano e de 2,7% nos últimos 12 meses.

Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada na quinta-feira (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Das oito atividades pesquisadas, cinco avançaram em abril, com destaque para hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,5%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (14,2%), que exerceram as principais influências sobre o resultado geral.

“No caso de equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, essa variação com grande amplitude significa certo rebatimento do mês anterior, quando houve queda de 10,1%, por conta do crescimento forte do dólar. Em abril, algumas grandes marcas deram descontos nos produtos e, apesar da estabilidade do dólar, o setor conseguiu se recuperar”, disse Cristiano Santos, gerente da pesquisa.

O avanço nas vendas do setor de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,5%), que responde por 55,2% do índice geral, veio após duas variações negativas seguidas (-0,2% em março e -0,1% em fevereiro). “Essa atividade não cresceu nos dois meses anteriores, com resultados próximos de zero, e essa estabilidade, com base um pouco mais baixa, explica o crescimento em abril”, afirma o gerente.

O setor de móveis e eletrodomésticos (2,4%) voltou ao campo positivo após a queda de 1,9% em março. “Em abril, a trajetória foi distinta para as duas subatividades: enquanto a de eletrodomésticos ficou estável, pendendo para baixo, a de móveis cresceu, o que trouxe o setor para o lado positivo”, analisa Cristiano.

Segundo ele, o resultado desse segmento é relacionado a um período desfavorável para as vendas no ano passado. “Em 2023, especialmente no segundo semestre, alguns setores tiveram resultados muito ruins para grandes cadeias, com posterior fechamento de lojas. No início deste ano, estamos observando uma recuperação dessas atividades, inclusive com abertura de novas unidades locais”, destaca.

No caso do segmento de combustíveis e lubrificantes (2,2%), o resultado de abril é a primeira alta do ano. “Nessa atividade, houve comportamento parecido com o de hiper e supermercados. Em janeiro, observamos um resultado próximo de zero, seguido de duas quedas. Essa base de comparação baixa deu oportunidade de crescimento nessa passagem de março para abril”, avalia o pesquisador.

Outra atividade cujas vendas aumentaram em abril foi a de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,6%). O resultado marca a terceira alta seguida do segmento, que acumula ganho de 13,8% no ano.

Por outro lado, as atividades de livros, jornais, revistas e papelaria (-0,4%) e tecidos, vestuário e calçados (-0,7%) ficaram no campo negativo no mês. Para o setor de outros artigos de uso pessoal e doméstico (0,0%), o cenário foi de estabilidade. Nesse segmento estão, por exemplo, as lojas de departamento, óticas e joalherias.

No comércio varejista ampliado, que inclui, além das atividades do varejo, as de veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, houve queda de 1%. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Ipiranga Agrícola Ltda.

CNPJ nº 39.337.370/0001-54

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo/Circulante	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.653	14.191
Imposto de renda e contribuição social correntes		106	–
Total do ativo circulante		**2.759**	**14.191**
Não circulante			
Propriedade para investimento	9	216.149	128.149
Total do ativo não circulante		**216.149**	**128.149**
Total do ativo		**218.908**	**142.340**

Passivo/Circulante	Nota	2024	2023
Salários e férias a recolher		11	7
Imposto de renda e contribuição social a recolher		87	333
Outras contas a pagar	11	16.168	6.065
Total do passivo circulante		**16.266**	**6.405**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		175.001	122.001
Lucros do exercício a destinar		27.641	13.934
Total do patrimônio líquido		**202.642**	**135.935**
Total do passivo		**16.266**	**6.405**
Total do passivo e patrimônio líquido		**218.908**	**142.340**

Demonstrações de resultados	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	13	14.633	13.494
Lucro bruto		14.633	13.494
Despesas administrativas e gerais	14	(281)	(88)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	14	(1.459)	124
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos		12.893	13.530
Receitas financeiras	15	2.806	1.467
Despesas financeiras	15	(481)	(129)
Resultado financeiro líquido	15	2.325	1.338

Demonstrações de resultados	Nota	2024	2023
Resultado antes dos impostos		15.218	14.868
imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.511)	(934)
Resultado do exercício		13.707	13.934

Demonstrações de resultados abrangentes	2024	2023
Resultado do exercício	13.707	13.934
Resultado abrangente total	13.707	13.934

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Lucros do exercício a destinar	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/03/2022		**122.001**	**10.302**	–	**132.303**
Distribuição de dividendos conforme terceira alteração contratual de 29/07/2022	12 a)	–	(10.302)	–	(10.302)
Resultado do exercício		–	–	13.934	13.934
Destinações:					
Lucros do exercício a destinar	12 b)	–	13.934	(13.934)	–
Saldos em 31/03/2023		**122.001**	**13.934**	**–**	**135.935**
Aumento de capital social conforme alteração de 29/12/2023		53.000	–	13.707	53.000 13.707
Resultado do exercício	12 b)	–	13.707	(13.707)	–
Destinações:					
Lucros do exercício a destinar		–	13.707	(13.707)	–
Saldos em 31/03/2024		**175.001**	**27.641**	**–**	**202.642**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		13.707	13.934
Ajustado por:			
Variação monetária de obrigações a pagar por aquisições ativos		–	(236)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	1.511	934
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		–	882
Salários e férias a recolher		4	(2)
Outras contas a pagar		10.103	236
Pagamentos de IR e CS correntes		(1.863)	(751)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.462	14.997
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de propriedade para investimento	9 ii)	(88.000)	(98)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(88.000)	(98)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Aumento de capital social conforme alteração de 29/12/2023		53.000	–
Dividendos pagos	12 a)	–	(10.302)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		53.000	(10.302)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		(11.538)	4.597
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	14.191	9.594
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	2.653	14.191
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		(11.538)	4.597

A Diretoria — **Contador: Wilson Zago Junior -** CRC/SP 271085/0-7

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia e no link https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A.

CNPJ nº 25.206.734/0001-52

Demonstrações financeiras - Exercícios Findos em 31 de março de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais	Nota	2024	2023
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	45.820	43.536
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		3.459	1.157
Impostos a recuperar		233	185
Total do ativo circulante		49.512	44.878
Não circulante			
Impostos a recuperar		9	6
		9	6
Imobilizado	9	24.466	25.699
Intangível	9	102	176
Total do ativo não circulante		24.577	25.881
Total do ativo		74.089	70.759

Balanços patrimoniais	Nota	2024	2023
Passivo/Circulante			
Fornecedores	10	888	180
Salários e férias a pagar		45	50
Impostos e contribuições a recolher		760	115
IR e CS a recolher		–	621
Dividendos a pagar	12	1.682	1.551
Total do passivo circulante		3.375	2.517
Não circulante			
Passivo fiscal diferido	11	1.083	1.119
Total do passivo não circulante		1.083	1.119
Patrimônio líquido	13		
Capital social		28.132	28.132
Reservas de lucros		5.626	5.626
Ajustes de avaliação patrimonial		2.118	2.188
Lucros do exercício a destinar		33.755	31.177
Total do patrimônio líquido		69.631	67.123
Total do passivo		4.458	3.636
Total do passivo e patrimônio líquido		74.089	70.759

Demonstrações de resultados	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	14	42.156	37.672
Custo dos produtos vendidos	15	(6.623)	(6.151)
Lucro bruto		35.533	31.521
Despesas comerciais	28		
Despesas administrativas e gerais	15	(16)	(12)
Outras despesas operacionais, líquidas	15	(3.395)	(482)
Dividendos recebidos de investida	16		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		32.122	31.027
Receitas financeiras	16	4.263	4.169
Despesas financeiras	16	(1)	(5)
Resultado financeiro líquido	16	4.262	4.164
Resultado da equivalência patrimonial	17		
Ganho por aumento de participação	17		

Demonstrações de resultados	Nota	2024	2023
Resultado antes dos impostos		36.384	35.191
IR e CS correntes	11	(2.773)	(2.598)
IR e CS diferidos	11	36	46
	11	(2.737)	(2.552)
Resultado do exercício		33.647	32.639

Demonstrações de resultados abrangentes	2024	2023
Resultado do exercício	33.647	32.639
Resultado abrangente total	33.647	32.639

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros do exercício a destinar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/03/2022		**28.132**	**5.626**	**–**	**2.277**	**43.413**	**–**	**79.448**
Distribuição de dividendos conforme AGOE de 05/07/2022		–	–	–	–	(43.413)	–	(43.413)
Realização do custo atribuído	13 c)	–	–	–	(89)	–	89	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	32.639	32.639
Destinações:								
Distribuição de dividendos	13 d)	–	–	–	–	–	(1.551)	(1.551)
Lucros do exercício a destinar	13 b)	–	–	–	–	31.177	(31.177)	–
Saldos em 31/03/2023		**28.132**	**5.626**	**–**	**2.188**	**31.177**	**–**	**67.123**
Distribuição de dividendos conforme AGO de 26/07/2023		–	–	–	–	(29.457)	–	(29.457)
Realização do custo atribuído	13 c)	–	–	–	(70)	–	70	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	33.647	33.647
Destinações:								
Distribuição de dividendos	13 d)	–	–	–	–	–	(1.682)	(1.682)
Lucros do exercício a destinar	13 b)	–	–	–	–	32.035	(32.035)	–
Saldos em 31/03/2024		**28.132**	**5.626**	**–**	**2.118**	**33.755**	**–**	**69.631**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		33.647	32.639
Ajustado por:			
Depreciação	9	2.310	3.483
IR e CS diferidos	11	(36)	(46)
IR e CS correntes	11	2.773	2.598
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(2.302)	(140)
Impostos a recuperar		(51)	(14)
Fornecedores		708	(262)
Salários e férias a pagar		(5)	19
Impostos e contribuições a recolher		(679)	14
IR e CS pagos		(2.070)	(2.552)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		34.295	35.739
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(1.003)	(995)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.003)	(995)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(31.008)	(45.694)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(31.008)	(45.694)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		2.284	(10.950)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	43.536	54.486
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	45.820	43.536
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		2.284	(10.950)

A Diretoria — **Contador: Wilson Zago Junior -** CRC/SP 271085/0-7

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia e no link https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Ipiranga Bioenergia Mococa S.A.

CNPJ nº 31.109.398/0001-22

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais	Nota	2024	2023
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.890	46.457
Contas a receber e outros recebíveis		740	216
Impostos a recuperar		1.057	903
Total do ativo circulante		31.687	47.576
Não circulante			
Impostos a recuperar		79	75
Títulos e valores mobiliários	9	3.900	3.601
		3.979	3.676
Imobilizado	10	29.808	29.851
Intangível		9	17
Total do ativo não circulante		33.796	33.544
Total do ativo		65.483	81.120

Balanços patrimoniais	Nota	2024	2023
Passivo/Circulante			
Fornecedores	11	165	4
Financiamentos bancários	12	568	570
Salários e férias a recolher		48	35
Impostos e contribuições a recolher		–	7
Imposto de renda e contribuição social a recolher		325	434
Dividendos a pagar	13	1.018	1.792
Total do passivo circulante		2.124	2.842
Não circulante			
Financiamentos bancários	12	5.789	6.349
Total do passivo não circulante		5.789	6.349
Patrimônio líquido	14		
Capital social		31.873	31.873
Reservas de lucros		6.375	6.011
Lucros do exercicio a destinar		19.322	34.045
Total do patrimônio líquido		57.570	71.929
Total do passivo		7.913	9.191
Total do passivo e patrimônio líquido		65.483	81.120

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros do exercício a destinar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de março de 2022		**31.873**	**4.125**	**–**	**46.054**	**–**	**82.052**
Distribuição de dividendos conforme AGOE de 05 de julho de 2022	14 a)	–	–	–	(46.054)	–	(46.054)
Resultado do exercício		–	–	–	–	37.723	37.723
Destinações:							
Reserva legal	14 b)	–	1.886	–	–	(1.886)	–
Distribuição de dividendos	14 c)	–	–	–	–	(1.792)	(1.792)
Lucros do exercício a destinar	14 b)	–	–	–	34.045	(34.045)	–
Saldos em 31 de março de 2023		**31.873**	**6.011**	**–**	**34.045**	**–**	**71.929**
Distribuição de dividendos conf. AGO de 26 de julho de 2023		–	–	–	(34.045)	–	(34.045)
Resultado do exercício		–	–	–	–	20.703	20.703
Destinações:							
Reserva legal		–	364	–	–	(364)	–
Distribuição de dividendos		–	–	–	–	(1.017)	(1.017)
Lucros do exercício a destinar		–	–	–	19.322	(19.322)	–
Saldos em 31 de março de 2024		**31.873**	**6.375**	**–**	**19.322**	**–**	**57.570**

Demonstrações de resultados

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	15	22.548	41.518
Custo dos produtos vendidos	16	(3.548)	(5.466)
Lucro bruto		19.000	36.052
Despesas administrativas e gerais	16	(14)	(2)
Outras despesas operacionais líquidas	16	(72)	(6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		18.914	36.044
Receitas financeiras	17	4.083	4.873
Despesas financeiras	17	(209)	(234)
Resultado financeiro líquido	17	3.874	4.639
Resultado antes dos impostos		22.788	40.683
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2.085)	(2.960)
Resultado do exercício		20.703	37.723

Demonstrações de resultados abrangentes	2024	2023
Resultado do exercício	20.703	37.723
Resultado abrangente total	20.703	37.723

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		20.703	37.723
Ajustado por:			
Depreciação	10	1.370	1.640
Juros sobre financiamentos bancários	12	209	226
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	2.085	2.960
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(511)	(205)
Impostos a recuperar		(158)	(1)
Fornecedores		161	(50)
Impostos e contribuições a recolher		(570)	3
Pagamentos de imposto de renda e cotribuição social correntes		(1.631)	(2.983)
Pagamento de juros sobre financiamentos bancários	12	(211)	(263)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.447	39.050
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Investimento em títulos e valores mobiliários		(299)	(482)
Aquisição de imobilizado	10	(1.319)	(1.180)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.618)	(1.662)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(35.837)	(48.478)
Pagamentos de financiamentos bancários	12	(559)	(373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(36.396)	(48.851)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(16.567)	(11.463)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	46.457	57.920
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	29.890	46.457
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(16.567)	(11.463)

A Diretoria — **Contador: Wilson Zago Junior -** CRC/SP 271085/0-7

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia e no link https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

14ª Vara Cível Foro Central Cível - 1013722-75.2023.8.26.0100. FAZ SABER a C&C FOCCUS REPRESENTAÇÕES EIRELI, CNPJ 34486495000122, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação Procedimento Comum por Silvia Pereira dos Santos, alegando em síntese: Em outubro de 2022, a requerente foi contatada pela empresa corré (C&C FOCCUS REPRESENTAÇÕES) e que teria uma redução de dívida com troco de empréstimo por meio de uma portabilidade de crédito para o Banco Safra (tornando o pagamento, no valor de R$ 16.047,06. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 0050538-44.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Coube de Carvalho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MHM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ 15.578.775/0001-16, e, ADIMOBIL ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA LTDA., CNPJ 01.303.852/0001-10, todas na pessoa de seus representantes legais, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de CCB BRASIL - China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A, e não localizados os requeridos defere-se a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta, com advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de maio de 2024. [13,14]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0014904-79.2024.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 32ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. FABIO DE SOUZA PIMENTA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Insecik Comércio e Logística Eireli (CNPJ. 013.763.278/0001-62) e In Seok Yong (CPF. 232.306.278-65), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Rezende Andrade, Lainetti, Sociedade de Advogados, convertiu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 165.571,49 (março de 2024). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 13 e 14/06/2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004696-32.2023.8.26.0010 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Cirillo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SHR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, CNPJ 07.404.885/0001-33, que Luchetl Lubrificantes Ltda. ajuizou ação de execução, para cobrança de R$ 11.813,94 (julho/2023), referente as NFs 183025 e 183701. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10%, reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, que fluirá após o decurso de prazo do presente edital, depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para pagamento de tantos bens quantos bastem para satisfação da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de abril de 2024. [13,14]

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003619-09.2023.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO STABEL DE CARVALHO HANNOUN, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALAIN BERTRAND KOAGNE TAGNE, camaronês, solteiro, CPF 233.375.898-80, que o Espólio de José Airton Costa requereu o cumprimento da sentença, para receber a quantia de R$ 20.982,19 (jul/23). Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir após o prazo do presente edital, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [13,14]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001170-52.2021.8.26.0002 O Dr. Luiz Raphael Nardy Lencioni Valdez, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro/SP. Faz saber aos Ocupantes Não Identificados, que Tiago de Souza Rocha Santos e Espólio de Pérides Rocha Santos ajuizaram ação de reintegração de posse, objetivando seja julgada procedente, com a reintegração de posse do imóvel à Rua Alberto Capacelli nº 1506, com 03 alqueires, GLEBA B, Capital, condenando-os nas custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Sendo desconhecidos os ocupantes e estando em lugar ignorado, expede-se edital de citação, para que no prazo de 15 dias, a fluir do prazo supra, contestem o feito, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. [13,14]

FEDERAÇÃO PAULISTA DE MOTOCICLISMO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Federação Paulista de Motociclismo, sr. Marcos Rogerio Moreira, de acordo com os Estatutos em vigor da entidade, convoca as associações filiadas, desde que com condições legais de voto, a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, as 10:00 horas, no próximo dia 27 de junho de 2024, a realizar-se na Praça Charles Miller, nº 10, Pacaembu, São Paulo, São Paulo. CEP 01234-010, nos termos dos Estatutos da Entidade, atenderem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das contas de 2023 e aprovação de previsão de gastos para o ano de 2024

São Paulo, 10 de junho de 2024.
Marcos Rogerio Moreira
Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1090193-40.2020.8.26.0100 (vaga 3) O Dr. Rodrigo Jae Hwa An, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Renato Vidio, Industria Petracco Nicoli S/A, Colegio Cristão Cuba Ltda. - Me, Eliana Pavão, Alberina Malina e s/m Antonio Malina, Joaquim Alberto Queijo e s/m Wanda de Araujo Queijo, Antonio Joaquim Queijo Neto, Lucio Queijo e s/m Simone Cheisa Santos Queijo, Adalberto Queijo e s/m Lilian Guastaferro Queijo, José Stankevic Vasquez, Raul Stankevic Vasquez e s/m Valeria Aparecida Cristino Stankevic Vasquez, Caroline Santos, Leandro Adão Viotto e s/m Camila Minetti Viotto, Fernanda Adão Viotto, Paula Adão Viotto, Juliana Viotto, Simone Viotto e Rudney Bellotto da Costa e s/m Beivi Senci da Costa, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Marta Rodrigues de Paula Araujo, Sidney Pinheiro Araujo e Wilson Sidney Gualberto de Assis ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel situado na Rua Arta, nº 436, Jardim Independência, São Paulo/SP CEP 03223-120, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [13,14]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010344-35.2019.8.26.0009 A MM. Dra. Claudia Ribeiro, Juiza de Direito da 4ª Vara Cível de Vila Prudente/SP, Faz saber a Cristiane Gomes de Souza Catunda CPF 383.367.168-82, que San Marino Automóveis e Transportes Ltda. ajuizou ação pelo Procedimento Comum, objetivando a condenação da ré ao pagamento dos danos materiais, no valor de R$ 11.585,83, para conserto do veículo Logan placas GEN-0732, ante à colisão causada pelo veículo GM-Vectra de Placas ELP-4685, bem como a condenação da ré, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital de citação, para que em 15 dias a fluir após os 20 supra, conteste o feito, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. [13,14]

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 17 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: Em matéria Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Destinar o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores; e (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia. Em matéria Extraordinária: (i) Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R$ 385.745.481,60 (trezentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), sem emissão de ações, mediante a conversão de parte do saldo da conta de Reserva de Lucros e a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 13 de junho de 2024. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

Apsen Farmacêutica S/A

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - NIRE 35.300.159.632

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Por solicitação dos acionistas Anna Spallicci, Fábio Sarkis Spallicci, Roberta Sarkis Spallicci e Ricardo Sarkis Spallicci, feita em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, ficam convocados os acionistas da **Apsen Farmacêutica S/A** ("Companhia"), nos termos do artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 e Parágrafo Único do Artigo 9º do Estatuto Social, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 27 de junho de 2024, em primeira convocação às 10h00, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** discutir a possibilidade de criação de um Conselho de Administração para a Companhia; e **(ii)** a consequente alteração do estatuto social, caso aprovada a criação do referido Conselho de Administração. **Avisos: 1.** A assembleia será realizada de forma mista: fisicamente, na sede da Companhia, e virtualmente, por meio da ferramenta Teams, como de costume. **2.** A administração da Companhia enviará o convite virtual para cada um dos acionistas e/ou seus representantes, por meio de e-mail. **3.** A lista de presença, bem como ata da assembleia serão assinadas eletronicamente. São Paulo/SP, 12 de junho de 2024. **Renato Spallicci** - Diretor Presidente

DEX VEÍCULOS IMPORTAÇÃO COMERCIO E LOCAÇÃO LTDA.

CNPJ 20.413.574/0001-07

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Convoco os senhores sócios quotistas para reunião dos quotistas, nos termos da cláusula oitava do contrato social e da lei 10.406/2002, que se realizará no dia **19 de junho de 2024, às 10h, em primeira convocação, com no mínimo ¾ dos sócios, e às 15h em segunda convocação, com qualquer número**, a ocorrer na Rua Antonio de Barros, nº 2.099, Tatuapé, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** considerando questionamentos realizados pelo sócio Rodrigo Andrade da Silva quanto ao teor das decisões tomadas na reunião semanal de sócios ocorrida em 15 de maio de 2024, deliberar quanto as decisões nela tomadas, quanto ao remanejamento do quadro gestor da empresa, e sobre a destituição de Rodrigo Andrade da Silva do quadro de administradores da sociedade; **(b)** Deliberar quanto a ratificação da decisão de destinação das quotas em tesouraria, conforme deliberado na reunião de 15 de maio de 2024; **(c)** deliberar quanto a outras questões do interesse da sociedade. **Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procurador constituídos através de mandato, com especificação dos poderes e dos atos autorizados.**

São Paulo-SP, 10 de junho de 2024
DEX VEÍCULOS IMPORTAÇÃO COMERCIO E LOCAÇÃO LTDA
Ricardo Ducco

Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A

CNPJ/ME nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da **Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 24 de junho de 2024, às 14h30 em primeira convocação e às 15h00 em segunda convocação, para **deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia**, na forma do disposto no Artigo 10 do Estatuto Social. A Assembleia ocorrerá exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência, que permitirá a participação e a votação à distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, § 2º-A, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Instruções Gerais: a) Para participação na Assembleia, os representantes legais ou procuradores dos acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano, mediante envio de e-mail ao endereço secretaria@construcap.com.br; b) A Companhia informa que, a fim de viabilizar a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos acionistas o *link* de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico com antecedência de 1 (um) dia da data de realização da Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio da utilização do sistema eletrônico. A participação na Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio da utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da assembleia; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo/SP, 13 de junho de 2024. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.**

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Primeira Convocação para a Vigésima Nona Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Quinze do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora, celebrado em 10 de fevereiro de 2015, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 1ª convocação para a Vigésima Nona Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("Vigésima Nona Assembleia" ou "AGT", respectivamente), **a se realizar no dia 08 de julho de 2024, às 15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams**, coordenada pela Securitizadora, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação, ou não, do aporte de recursos, pelos Titulares dos CRI, para pagamento de despesas a serem suportadas pelo Patrimônio Separado, conforme definido no Termo de Securitização. (ii) Definição, pelos Titulares dos CRI, das pendências documentais da Emissão que serão apresentadas pelo Agente Fiduciário. Será admitido o uso da instrução de voto a distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Vigésima Nona Assembleia. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representação elencados abaixo à Securitizadora, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e contencioso@pentagonotrustee.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 10 de junho de 2024
Brazilian Securities Companhia de Securitização

EXPRESSO DO SUL S/A

CNPJ/MF Nº 04.080.646/0001-87 / NIRE Nº 35.3.0044213-0

Ata da Assembleia Geral Ordinária

1. DATA, HORA e LOCAL: Às 10h00 min. do dia 23 de maio de 2024, reuniram-se por meio de videoconferência, na forma do art. 1080-A da Lei nº 10.406/2002, incluído pela Lei nº 14.030/2020, e pela Instrução Normativa DREI nº 81/2020. **2. CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, face à presença dos acionistas da Companhia detentores da totalidade do capital social **3. QUORUM:** Totalidade dos acionistas que representam o capital social, conforme se verifica do registro e assinaturas constantes do Livro de presença de acionistas. Presente ainda o representante da auditoria externa - RSM Brasil Auditores Independentes (CRC 2 SP 030.002/O7), Luiz Claudio Fontes, registrado no Conselho Regional de Contabilidade como Contador 1RJ-032.470/O-9 "T"-SP. **4. MESA:** Antônio José Lubanco da Cruz - Presidente. Telmo Joaquim Nunes - Secretário - OAB/SP nº 243.668. **5. PUBLICAÇÕES:** Os documentos referidos no Artigo 133 da Lei 10.303/01, relativos às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023, foram publicados no Diário Oficial do Estado de SP e no Jornal "O Dia SP", no dia 15/05/2024. **6. ORDEM DO DIA: ORDEM DO DIA:** 6.1) Exame, discussão e votação dos Relatórios da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e 6.2) Eleição da diretoria. **7. DELIBERAÇÕES ADOTADAS POR UNANIMIDADE:** Antes do início dos trabalhos o Presidente franqueou a palavra aos acionistas convidados que apresentaram o Parecer e as Notas Explicativas. Em seguida foi aberta a discussão e votação da ordem do dia: **Primeiro** - Aprovado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. O resultado do exercício o qual apresentou um lucro líquido no montante de R$ 13.301.678,93 (treze milhões e trezentos e um mil e seiscentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos), tem como foram aprovados a constituição da reserva legal no valor de R$ 665.083,95 (seiscentos e sessenta e cinco mil e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) e mantido em reserva de lucros acumulados, em 31.12.2023, o montante de R$ 11.165.397,08 (onze milhões, cento e sessenta e cinco mil e trezentos e noventa e sete reais e oito centavos) até ulterior deliberações. **Segundo:** Foram reeleitos para os cargos de diretores sem designação, Cezar Augusto Menezes Vasconcellos, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, Administrador de Empresas, identidade nº. 04.766.021-2, expedida em 06/11/1998, pelo IFP - RJ, inscrito no CPF sob o nº 583.340.177-15, residente e domiciliado na Travessa São Vicente de Paula, 32, Aptº 1001, Icaraí, CEP 24.210-570, Niterói/RJ e Antônio José Lubanco da Cruz, brasileiro, casado pelo regime de comunhão de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 820.978 e inscrito no CPF/MF sob nº 231.416.137-04, residente e domiciliado na Rua Frei Caneca, n. 17 - apto. 1301 - CEP 88.025-000, agronômica na cidade de Florianópolis - SC, com prazo de mandato até 30/04/2027. Dispensado estipular os honorários da diretoria, já que os seus membros declaram que abrem mão de receber honorários. As demonstrações contábeis foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no caderno Empresarial, na página 2 e no Jornal "O Dia SP", na página 9, ambos no dia 15 de maio de 2024. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a Assembleia, sendo a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 23 de maio de 2024. Mesa: Antônio José Lubanco da Cruz - Presidente; Telmo Joaquim Nunes - Secretário. Antônio José Lubanco da Cruz - Presidente; Telmo Joaquim Nunes - Secretário - OAB/SP nº 243.668. Registro na JUCESP sob o nº 218.004/24-2 em sessão do dia 06/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ Nº 38.042.694/0001-00 - NIRE 35.300.554.035

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 13 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 41, 13º andar, sala 02, Itaim Bibi, CEP 04533-010 **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em decorrência de estarem presentes os acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **3. MESA:** Presidida pelo Sr. **VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA** e secretariada pela Sra. **THAIS DE CASTRO MONTEIRO. 4. ORDEM DO DIA:** Resolvem os acionistas da Companhia deliberar sobre: (i) a realização da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Lei 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme alterada ("Lei 14.430"), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Operação de Securitização", "Emissão" e "Oferta", respectivamente), sendo as Debêntures lastreadas na totalidade dos direitos creditórios presentes e futuros, principais e acessórios, decorrentes das cédulas de crédito bancário emitidas em favor do BANCO XP S.A. instituição financeira com endereço na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201 (parte), Leblon, CEP 22440-032, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 33.264.668/0001-03 ("Cedente"), sendo as CCB emitidas individualmente, por determinados devedores, pelas quais os devedores se comprometeram, individualmente, a pagar os financiamentos concedidos pela Cedente, originados de transações realizadas por banco comercial, os quais incluem atualização monetária e juros remuneratórios ("CCBs" e "Direitos Creditórios"); (ii) a aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão (conforme definido abaixo), conforme destinação dos recursos da Emissão; (iii) a autorização para a celebração pela Diretoria da Companhia, ou pelos seus procuradores, de todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nos itens (i) e (ii) acima, incluindo, mas não se limitando, à (a) negociação, elaboração e celebração de todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta, eventuais aditamentos aos referidos documentos, incluindo, sem limitação, o "Instrumento Particular de Escritura da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., Lastreadas em Direitos Creditórios Diversificados" ("Escritura de Emissão"), o "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), e o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 9ª (nona) Emissão da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A" ("Contrato de Distribuição"); e (b) contratação dos prestadores de serviços para Emissão, incluindo, sem limitação, banco liquidante e escriturador mandatário, assessores legais, agente fiduciário, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Emissão e à Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão das matérias objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: 5.1 Aprovar a Emissão das Debêntures da Companhia e a Oferta, que terão as seguintes principais características: (i) Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data da emissão de todas as Debêntures corresponderá a Data de Emissão disposta na Escritura de Emissão; (ii) Séries. Emissão será realizada em série única. (iii) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão das Debêntures será de R$ 3.460.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); (iv) Quantidade. Serão emitidas 3.460.000 (três milhões e quatrocentas e sessenta mil) Debêntures; (v) Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (vi) Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária; (vii) Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista e em moeda corrente nacional ou mediante dedução do Preço de Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão) devido pela Emissora em razão da aquisição das CCBs, no ato da subscrição pelo Valor Nominal Unitário, na primeira data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures ("Primeira Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início de Rentabilidade até a respectiva e efetiva Data de Integralização (cada uma, uma "Data de Integralização"). As Debêntures poderão ainda, em qualquer Data de Integralização, ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelo Coordenador Líder (conforme definido na Escritura de Emissão); (viii) Destinação dos Recursos. Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures serão destinados à aquisição das CCBs, conforme vierem a ser listadas no Anexo I da Escritura de Emissão, nos termos e condições previstos no Contrato de Cessão, sendo que o pagamento ocorrerá apenas após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Cessão, observadas as retenções referentes ao Fundo de Despesas (conforme definido na Escritura de Emissão) e das Despesas Iniciais (conforme definidas na Escritura de Emissão), conforme aplicável; (ix) Conversibilidade. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora; (x) Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, com instituição de patrimônio separado e sem garantia, sendo que o integral cumprimento de todas as obrigações financeiras pactuadas na Escritura de Emissão depende exclusivamente da efetiva recuperação dos direitos creditórios adquiridos; (xi) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante da titularidade de tais Debêntures; (xii) Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto na Escritura de Emissão e, ressalvadas as hipóteses de um Evento de Vencimento Antecipado, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão; (xiii) Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xiv) Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de oferta pública, a ser registrada pelo rito automático, nos termos da Resolução CVM 160, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e do Contrato de Distribuição, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de melhores esforços de colocação; (xv) Repactuação. Não haverá repactuação programada; (xvi) Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"). A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (exclusive). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; (xvii) Pagamento da Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Prêmios, Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Obrigatória Mensal ou de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração, observado o Pagamento Condicionado, será paga pela Emissora em cada data indicada na tabela que constará da Escritura de Emissão, observada a Ordem de Alocação (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento"). Caso a Emissora não disponha de recursos necessários para a realização do pagamento da Remuneração das Debêntures em determinada Data de Pagamento, a Remuneração das Debêntures não paga deverá ser paga pela Emissora na primeira Data de Pagamento subsequente. Conforme aplicável, e não obstante o disposto acima, a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, poderá enviar notificação escrita à B3, informando-a (i) da não realização do pagamento na respectiva Data de Pagamento, (ii) da respectiva data na qual ocorrerá o pagamento, assim como (iii) seu montante, conforme o caso. Nesta hipótese, a Emissora deverá, após a verificação de ausência de recursos para pagamento das Debêntures, comunicar a B3 para retirada do "evento de pagamento", de modo que o Período de Capitalização será estendido, encerrando somente na próxima Data de Pagamento. Deste modo, a Remuneração das Debêntures continuará a incidir sobre a referida parcela não paga, e deverá ser calculada a partir do primeiro dia do respectivo Período de Capitalização referente à Remuneração das Debêntures não paga, observada ainda a Ordem de Alocação. Sobre eventuais valores da Remuneração das Debêntures não pagos, não serão devidos Encargos Moratórios; (xviii) Prêmio Adicional das Debêntures. As Debêntures farão jus a um prêmio de participação a ser pago (i) na Data de Vencimento das Debêntures; ou (ii) no momento em que tiver ocorrido, cumulativamente, a liquidação integral das Debêntures, entre os itens (i) e (ii) o que ocorrer antes ("Prêmio Adicional das Debêntures"). O Prêmio Adicional das Debêntures será correspondente a: (i) todo o saldo disponível que vier a existir na Conta do Patrimônio Separado (se houver); e (ii) todos os Direitos Creditórios que ainda estejam na titularidade da Emissora (se houver); (xix) Amortização do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Obrigatória Mensal ou de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures não serão objeto de amortização programada, sendo que o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será devido na Data de Vencimento ou na data de vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, observada a Ordem de Alocação ("Amortização Final das Debêntures"); (xx) Amortização Extraordinária Obrigatória. Caso seja aprovada a Resolução da Cessão, nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, deverá ser amortizado extraordinariamente pela Emissora, utilizando-se dos recursos pagos pelo Cedente em decorrência da Resolução da Cessão, observando a Ordem de Alocação e o Pagamento Condicionado ("Amortização Extraordinária Obrigatória"); (xxi) Amortização Extraordinária Obrigatória Mensal. Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, deverá ser amortizado extraordinariamente pela Emissora, mensalmente, em cada Data de Pagamento, respeitada a Ordem de Alocação dos Recursos, e caso os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória, considerados de forma agregada, sejam iguais ou inferiores ao limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária Obrigatória Mensal" e "Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória", respectivamente). Caso, com relação a uma Data de Pagamento que não seja a Data de Vencimento ou uma data de vencimento antecipado, os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória ou da Amortização Extraordinária Obrigatória Mensal, observada a Ordem de Alocação, sejam superiores ao respectivo Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória, os recursos excedentes devem ser aplicados em Investimentos Permitidos; (xxii) Oferta de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo e Aquisição Facultativa. Não será permitida a realização, pela Emissora, de oferta de resgate antecipado, resgate antecipado facultativo ou aquisição facultativa das Debêntures; (xxiii) Prêmio de Reembolso Sobre a Receita dos Direitos Creditórios. Observados os termos da Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação, após a Amortização Extraordinária Obrigatória Mensal até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória Mensal, havendo recursos disponíveis, os Debenturistas receberão, nas Datas de Pagamento da Remuneração, um prêmio calculado com base na receita dos Direitos Creditórios correspondente ao montante existente na Conta do Patrimônio Separado, incluindo os Investimentos Permitidos, após a realização dos demais pagamentos previstos na Ordem de Alocação ("Prêmio de Reembolso Sobre a Receita dos Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Prêmio Adicional das Debêntures, os "Prêmios"); (xxiv) Destituição e Substituição da Emissora. Nos termos do artigo 39 da Resolução CVM 60, a destituição e substituição da Emissora da administração do Patrimônio Separado pode, a critério da Assembleia Geral de Debenturistas, ocorrer nas situações indicadas na Escritura de Emissão; (xxv) Eventos de Resolução. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Resolução (conforme definido no Contrato de Cessão), a Emissora convocará, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tiver tido conhecimento da ocorrência do fato, uma Assembleia Geral de Debenturistas para que os Debenturistas deliberem, a eventual obrigação do Cedente realizar a Resolução da Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão), com relação aos Direitos Creditórios objeto do respectivo Evento de Resolução. Caso (i) não seja aprovada a Resolução da Cessão, em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada nos termos previstos na Escritura de Emissão; ou (ii) não haja quórum de instalação ou deliberação, a Emissora não deverá determinar a Resolução da Cessão. Caso seja aprovada a Resolução da Cessão, em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Emissora deverá realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Escritura de Emissão, utilizando-se dos recursos pagos pelo Cedente em decorrência da Resolução da Cessão, observando a Ordem de Alocação e o Pagamento Condicionado; (xxvi) Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures, bem como exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão ou da data de incorporação da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, e demais encargos, na ocorrência das hipóteses descritas na Escritura de Emissão, observados os prazos de cura e mais procedimentos aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado"); e (xxvii) Demais Condições. Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures são tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. 5.2 (i) Autorizar a Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais, a: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures e que venham a ser aplicáveis à Emissão, desde que observado o acima disposto, em especial, as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures ou substituição da Emissora; (b) negociar e celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão, incluindo, sem limitação, a negociação e formalização da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão e do Contrato de Distribuição, bem como quaisquer aditamentos aos referidos documentos; (c) a tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas; (d) contratar os demais prestadores de serviços para a Emissão, incluindo, sem limitação, banco liquidante e escriturador mandatário, assessores legais, agente fiduciário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e (e) contratar os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário operacionalizados pela B3, conforme aplicável; e (ii) ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Emissão e à Oferta. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e, por todos os presentes, assinada. A presente ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. Mesa: **VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA** - Presidente; **THAIS DE CASTRO MONTEIRO** - Secretária.

1ª Vara da Família e Sucessões-Foro Regional VIII-Tatuapé-Processo **1001651-89.2024.8.26.0008**-Interdição/Curatela-Nomeação - M.C.G. - - R.C.P. - Ante o exposto, decreto a interdição da requerida ROSANNE CRUZ GUEDES, supra qualificada, declarando-a relativamente incapaz de exercer os seguintes atos sem curador que o represente: "emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada e administrar seus bens, enquanto perdurarem as causas ora consideradas para a interdição", na forma do art. 4º, III, do Código Civil (alterado pela Lei nº 13.146/15), e nomeio-lhe curador MATHEUS CRUZ GUEDES, supra qualificado. Em obediência ao disposto no art. 755, 3º, do CPC, e no artigo 9º, III do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO EDITAL, publicado o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO TERMO DE COMPROMISSO e CERTIDÃO DE CURATELA, para todos os fins legais. Ante a evidente falta de interesse recursal, certifique-se desde logo o trânsito em julgado desta sentença, anotando-se que cópia desta valerá como termo de curatela definitiva, bem como certidão de curadora definitiva, para todos os fins de direito. Providencie a serventia a emissão do competente mandado de averbação. Ciência ao M.P. P.I.C. [14]

CAFCO BRASIL LTDA

CNPJ/MF sob o nº 01.975.012/0001-02 e NIRE 35214654841

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os sócios da **CAFCO BRASIL LTDA.,** sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº293, 19º andar, conjunto 19-b, sala 2, inscrita no CNPJ/MF sob o número 01.975.012/0001-02 e NIRE 35214654841, na forma prevista no artigo 15, §1º do Contrato social da companhia, a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 1º de Julho de 2024, às 11:00hrs, na Av. Paulista, 1294 – 8º andar, São Paulo, SP, para votar a respeito da Dissolução da Sociedade. **UNITED STATES MINERAL PRODUCTS COMPANY (sócia),** p.p. Frank Edwin Bailey.

A Incorporadora denominada **ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA SÃO VICENTE DE PAULO**, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. Satamini, n. º 333, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.270-233, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o número 33.570.052/0001-52, dá ciência pública à operação de incorporação da **CRECHE CATARINA LABOURÉ**, igualmente entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, situada na Rua Cipriano Barata, n. º 2.028, Ipiranga, São Paulo/SP, CEP: 04.205-001, inscrita sob o CNPJ/MF n. º 62.959.333/0001-08.

CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL

Eleição e Posse da Segunda Diretoria e **Conselho Fiscal da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Batuíra em prol do Reflorestamento e do Benefício da Humanidade Batuíra**. Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho de 2024 na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2441 – 1º Andar – Cep: 01452 – 000 – São Paulo – S.P., eu, **Nathalia Vanessa dos Santos, brasileira, solteira, do lar, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, RG. nº: 55.417.408-X, CPF. nº: 465.908.298-96**, endereço à Rua Antônio Norberto Parente,388 – Jardim D' Ávila – Cep: 06000 – 087 – Osasco-S.P., **em primeira convocação as 13 h. (treze) horas e em segunda convocação as 13:30h. (treze e trinta) horas**. para Assembleia Geral, Eleição e Posse da Segunda Diretoria e Conselho Fiscal da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Batuíra em prol do Reflorestamento e do Benefício da Humanidade Batuíra. São Paulo, 11 de junho de 2024. Nathalia Vanessa dos Santos, brasileira, solteira, do lar, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, Rg. nº: 55.417.408-X, CPF. nº: 465.908.298-96, endereço à Rua Antônio Norberto Parente,388 – Jardim D' Ávila – Cep: 06000 – 087 – Osasco- S.P.

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35.300.555830

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024

A Reunião do Conselho de Administração foi realizada no dia 26 de abril de 2024, às 9h, na sede social da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.("**Companhia**"), e foram aprovados os seguintes assuntos: (i) consignação a nova composição da Diretoria da Companhia com a criação dos cargos de (a) Diretor Vice-Presidente Executivo e (b) Diretor Comercial; (ii) aprovar a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, a saber: (a) **Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff**, para o cargo de Diretor Presidente; (b) **Rodrigo Uchoa Luna,** para ocupar os cargo de Diretor Vice-Presidente; (c) **João Luís Ramos Hopp**, para ocupar os cargos de Diretor Vice-Presidente Executivo, Diretor de Relações com Investidores, e Diretor Financeiro; (d) **Renée Garófalo Silveira**, para ocupar o cargo de **Diretora de Incorporação**, (e) **Leonardo Araújo**, para ocupar o cargo de Diretor de Operações Financeiras; (f) **Gustavo Augusto Trombeli,** para ocupar o cargo de Diretor de Engenharia, e (g) **Wevertonn de Oliveira Costa**, para ocupar o cargo de Diretor Comercial, todos com unificado de 2 anos e (iii) aprovar que o Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia., Sr. João Luís Ramos, cumulará interinamente as atribuições e funções do cargo de Diretor de Financeiro, nos termos do art. 18, § 1º do Estatuto Social da Companhia. Registrada na JUCESP sob o nº 217.249/24-3 em sessão de 05/06/2024, e sua versão na íntegra encontra-se disponível nos websites: **https://ri.planoeplano.com.br/** e **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.**

SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ nº 07.755.506/0001-50 - NIRE nº 35.300.327.527

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, nos termos do Artigo 7º do Estatuto Social da **Safira Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** (a "Companhia") e do Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976, Lei das S.A., ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que será realizada, em 1ª convocação, em 15 de julho de 2024, às 10 horas, na sede social situada no Município de São Paulo/SP, na Rua São Bernardo, nº 683, sala 3, CEP 03304-000, Tatuapé, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** aprovação das demonstrações financeiras levantadas em 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023; **(ii)** deliberação sobre a destinação do resultado dos exercícios findos em 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023; e **(iii)** ratificação dos atos praticados pela diretoria da Companhia. Nos termos do Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações financeiras da Companhia encontram-se à disposição dos acionistas na Central de Balanços. Os acionistas poderão participar da Assembleia pessoalmente, ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar ou votar na Assembleia Geral. Os acionistas deverão comparecer ao endereço indicado portando documento de identidade com foto; caso compareça o representante, são necessários procuração e documento do representante. Se pessoa jurídica, cópia do contrato/estatuto social; e da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração), ambos registrados no órgão competente. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os documentos pertinentes à ordem do dia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia Geral, o acesso à sede social para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista somente se dará mediante a assinatura da ata de Assembleia Geral pelo respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas estejam presentes no endereço indicado para a realização da Assembleia com pelo menos 30 minutos de antecedência. São Paulo, 11 de junho de 2024. **AVIVA MIZRAHI - Diretora Financeira e Comercial.**

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 915.896 em 16 de abril de 2024 a requerimento de **ALCIDES GONÇALVES BENEVIDES, portador do RG nº 12.444.419-SSP/SP, inscrito no CPF nº 022.975.388-47, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Rua Borges Lagoa nº 987, Vila Clementino, CEP 04038-002, FAZ SABER** aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores dos titulares de domínio MARTINO MALANDRINO e sua mulher CATARINA CIARDI MALANDRINO, com origem na transcrição nº 17.049 do 1º Registro de Imóveis da Capital e GENARO SQUILERO, compromissário, com origem na inscrição nº 3.316 do 14º Registro de Imóveis da Capital, que o autor acima qualificado, requer a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA**, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o prédio e respectivo terreno, situado na Rua Leandro Dupré nº 335, descrito e caracterizado no memorial descritivo juntado no procedimento, com a área de 43,20m² e área construída de 99,00m², com as origens já mencionadas, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há 6 anos e, que somando-se as posses dos antecessores, o autor possui o imóvel por 75 anos interruptos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 413 do provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 14 de junho de 2024.

(Edital de praça – resumo para publicação – Art. 887, § 3º, do CPC) - Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos requeridos **BANCO DO BRASIL S/A CNPJ nº 00.000.000/0001-91; FALIDA ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA CNPJ nº 01.556.141/0100-30, dos interessados MASSA FALIDA ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA CNPJ nº 01.556.141/0100-30, MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS** e demais interessados, expedido nos autos da **Ação de PROCEDIMENTO COMUM (DECLARATÓRIA DE NULIDADE)**, requerida pela **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CLIENTES DA ENCOL – ANCE, CNPJ nº 33.551.847/0001-13, e MARUCELLY BRASIL FERREIRA, CPF nº 696.910.708-63, Processo nº 0169065-67.2007.8.09.0051.** Dr. Liciomar Fernandes da Silva, Juiz de Direito da 11ª Vara Cível do Foro de Goiânia. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431. **LOTE ÚNICO:** Prédio comercial situado na Rua Carlos Weber, 184, Vila Leopoldina, São Paulo, SP, devidamente matriculado junto ao 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo sob matrículas nº 40.350, 53.699, 53.700, 53.701, 53.702, devidamente cadastrado junto a Prefeitura de São Paulo sob contribuinte nº 080.017.0019-4 (área maior), assim descritas: **Matrícula 40.350**: Um prédio à Rua Carlos Weber, 184, 14º Subdistrito Lapa e o terreno medindo 114 m de frente para a Rua Carneiro da Silva, por 86 m da frente aos fundos de um lado, confrontando com a Rua Carlos Weber, 80,00 m do outro lado confrontando com Manoel Grando e outros, e 74 m nos fundos confrontando com a rua Sebastião Bach, com área de 7.520 m². **Obs. 01:** Consta do R. 23 da referida matrícula hipoteca cedular ao Banco do Brasil S/A, CNPJ nº 00.000.000/0894-00; **Obs. 02:** Consta do R. 24 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 03:** Consta do R. 24 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 04:** Consta da R. 27 da referida matrícula dação em pagamento deste imóvel e de outros ao Banco do Brasil S/A; **Obs. 05:** Consta na Av.28 da referida matrícula ofício expedido pelo MM Juízo de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, determinando averbação para constar a existência de Ação revocatória, movida pela Massa Falida da Encol S/A Engenharia Comércio e Industria, em desfavor do Banco do Brasil S/A, na qual foi questionada a transferência do imóvel objeto desta matrícula ao banco requerido, bem como a indisponibilidade do mesmo até o julgamento final da presente ação; **Obs. 06:** Consta na av. 29 da referida matrícula mandado expedido pelo Juiz de Direito das Execuções Fiscais Municipais de São Paulo, SP, nos autos da ação de execução Fiscal, processo nº 853.712/99-1, movida pela Prefeitura de São Paulo, contra do Banco do Brasil, determinando a penhora para garantia de débito de R$ 81.199,76 (atualizado até 01/04/1999). **Matrícula 53.699**: Os prédios à Rua Columbus nº 135, esquina com a Rua Carneiro da Silva, ns. 127 e 135, 14º Subdistrito Lapa, e o terreno medindo 15,50 m de frente para Rua Columbus, por 25,00 m da frente aos fundos, tendo nos fundos a mesma largura da frente, confrontando de um lado com a Rua Carneiro da Silva, do outro lado com Antonieta Fazia Giaquinto e nos fundos com quem de direito. **Obs. 01:** Consta do R. 17 da referida matrícula hipoteca cedular ao Banco do Brasil S/A, CNPJ nº 00.000.000/0894-00; **Obs. 02:** Consta do R. 18 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 03:** Consta do R. 19 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 04:** Consta da R. 21 da referida matrícula dação em pagamento deste imóvel e de outros ao Banco do Brasil S/A; **Obs. 05:** Consta na Av.22 da referida matrícula ofício expedido pelo MM Juízo de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, determinando averbação para constar a existência de Ação revocatória, movida pela Massa Falida da Encol S/A Engenharia Comércio e Industria, em desfavor do Banco do Brasil S/A, na qual foi questionada a transferência do imóvel objeto desta matrícula ao banco requerido, bem como a indisponibilidade do mesmo até o julgamento final da presente ação; **Matrícula 53.700** : Um prédio à Rua Columbus, nº 195 e 203, no 14º Subdistrito Lapa e o terreno medindo 15,50 m de frente, por 10,15 m da frente aos fundos com área de 173,80m, confrontando do lado direito com o prédio 185, do lado esquerdo com a Rua Sebastião Bach, com a qual faz esquina e nos fundos com a Tranquillo Giannini S.A Industria de Instrumento de Cordas. **Obs. 01:** Consta do R. 17 da referida matrícula hipoteca cedular ao Banco do Brasil S/A, CNPJ nº 00.000.000/0894-00; **Obs. 02:** Consta do R. 18 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 03:** Consta do R. 19 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 04:** Consta da R. 21 da referida matrícula dação em pagamento deste imóvel e de outros ao Banco do Brasil S/A; **Obs. 05:** Consta na Av.22 da referida matrícula ofício expedido pelo MM Juízo de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, determinando averbação para constar a existência de Ação revocatória, movida pela Massa Falida da Encol S/A Engenharia Comércio e Industria, em desfavor do Banco do Brasil S/A, na qual foi questionada a transferência do imóvel objeto desta matrícula ao banco requerido, bem como a indisponibilidade do mesmo até o julgamento final da presente ação; **Matrícula 53.701**; Um prédio à Rua Sebastião Bach, 94, 14º Subdistrito Lapa, e o terreno medindo 7,35 m de frente, por 16 m da frente aos fundos, sendo essas medidas aproximadas, com área de 117,60 m², confrontando do lado direito com os prédios ns. 195 e 203 da rua Columbus, do lado esquerdo com a Tranquillo Giannini S.A Industria de Instrumento de Cordas e nos fundos com quem de direito. **Obs. 01:** Consta do R. 17 da referida matrícula hipoteca cedular ao Banco do Brasil S/A, CNPJ nº 00.000.000/0894-00; **Obs. 02:** Consta do R. 18 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 03:** Consta do R. 19 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 04:** Consta da R. 21 da referida matrícula dação em pagamento deste imóvel e de outros ao Banco do Brasil S/A; **Obs. 05:** Consta na Av.22 da referida matrícula ofício expedido pelo MM Juízo de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, determinando averbação para constar a existência de Ação revocatória, movida pela Massa Falida da Encol S/A Engenharia Comércio e Industria, em desfavor do Banco do Brasil S/A, na qual foi questionada a transferência do imóvel objeto desta matrícula ao banco requerido, bem como a indisponibilidade do mesmo até o julgamento final da presente ação; **Matrícula 53.702**; Um prédio à Rua Sebastião Bach, 86, 14º Subdistrito Lapa, e o terreno medindo 7,50 m de frente, por 15,50 m da frente aos fundos, com área de 116,25 sendo essas medidas aproximadas, confrontando do lado direito com o prédio nº 94, do lado esquerdo com a Tranquillo Giannini S.A Industria de Instrumento de Cordas e nos fundos com quem de direito. **Obs. 01:** Consta do R. 18 da referida matrícula hipoteca cedular ao Banco do Brasil S/A, CNPJ nº 00.000.000/0894-00; **Obs. 02:** Consta do R. 19 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 03:** Consta do R. 20 da referida matrícula hipoteca ao Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0452-92; **Obs. 04:** Consta da R. 22 da referida matrícula dação em pagamento deste imóvel e de outros ao Banco do Brasil S/A; **Obs. 05:** Consta na Av.23 da referida matrícula ofício expedido pelo MM Juízo de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, determinando averbação para constar a existência de Ação revocatória, movida pela Massa Falida da Encol S/A Engenharia Comércio e Industria, em desfavor do Banco do Brasil S/A, na qual foi questionada a transferência do imóvel objeto desta matrícula ao banco requerido, bem como a indisponibilidade do mesmo até o julgamento final da presente ação. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$24.115.700,00 (vinte e quatro milhões, cento e quinze mil, e setecentos reais), conforme laudo de avaliação de fls., constante dos autos, datado de março/2023 e despacho judicial**. VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADA PELO SITE DO TJ/SP PARA ABRIL/2024: R$25.094.578,00 (vinte e cinco milhões, noventa e quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais). **Data das praças:** no dia 19/07/2024, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 22/07/2024, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 12/08/2024, às 15:00 horas, para o 2º leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 80% da avaliação atualizada. Nos termos do art. 889, I, do CPC, pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. O leilão eletrônico acontecerá através do gestor judicial www.faroonline.com.br, onde os interessados terão acesso à íntegra do edital de leilão e à maiores informações, que também poderão ser obtidas por telefone: (11) 3105-4872.

Lula defende taxação dos super-ricos e combate à fome na OIT

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quinta-feira (13), que o bem-estar da população está ligado aos compromissos de preservação do meio ambiente e defendeu a relação entre capital e trabalho para minimizar as desigualdades sociais. Lula discursou na sessão de encerramento do fórum inaugural da Coalizão Global para a Justiça Social no âmbito da 112ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça.

Ao listar diversos problemas que precisam ser enfrentados para melhorar a qualidade do trabalho no mundo, o brasileiro afirmou que a OIT é ainda mais relevante diante dos desafios que existem hoje. O fórum é iniciativa do diretor-geral da OIT, Gilbert Houngbo, ao lado de quem Lula exercerá a co-presidência da coalizão.

"Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na desigualdade. Por isso, aceitei o convite do diretor-geral Gilbert para copresidir a Coalizão Global para a Justiça Social. Ela será instrumental para implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O ODS 8, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, sobre Trabalho Decente para Todos não está avançando na velocidade e na escala necessárias para o cumprimento de seus indicadores", disse Lula, lembrando que "a informalidade, a precarização e a pobreza são persistentes".

"O número de pessoas em empregos informais saltou de aproximadamente 1,7 bilhão, em 2005, para 2 bilhões neste ano. A renda do trabalho segue em queda para os menos escolarizados. As novas gerações não encontram espaço no mercado. Muitos não estudam, nem trabalham e há elevado desalento. Quase 215 milhões, mais do que a população do Brasil, vivem em extrema pobreza, mesmo estando empregados. As desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e origem geográfica são agravantes desse cenário", destacou.

Para Lula, a relação entre capital e trabalho é importante para minimizar as desigualdades sociais. "Recuperar o papel do Estado como planejador do desenvolvimento é uma tarefa urgente. A mão invisível do mercado só agrava desigualdades. O crescimento da produtividade não tem sido acompanhado pelo aumento dos salários, gerando insatisfação e muita polarização. Não se pode discutir economia e finanças sem discutir emprego e renda. Precisamos de uma nova globalização, uma globalização de face humana", disse.

O presidente defendeu a taxação dos super-ricos e lembrou que a justiça social e a luta contra as desigualdades são prioridades da presidência do Brasil no G20, grupo das 20 maiores economias do mundo. "Estamos discutindo como promover uma transição justa e utilizar as tecnologias emergentes para melhorar o universo laboral. Nossa iniciativa prioritária, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, busca acelerar os esforços para eliminar essas chagas. O Brasil está impulsionando a proposta de taxação dos super-ricos nos debates do G20", afirmou.

"Nunca antes o mundo teve tantos bilionários. Estamos falando de 3 mil pessoas que detêm quase US$ 15 trilhões em patrimônio. Isso representa a soma das riquezas do Japão, da Alemanha, da Índia e do Reino Unido. É mais do que se estima ser necessário para os países em desenvolvimento lidarem com a mudança climática. A concentração de renda é tão absurda que alguns indivíduos possuem seus próprios programas espaciais. Não precisamos buscar soluções em Marte. É a Terra que precisa do nosso cuidado", acrescentou o presidente, em referência ao bilionário Elon Musk, dono da empresa de exploração espacial Space X.

Lula ainda lembrou que o bem-estar dos cidadãos está diretamente ligado ao compromisso, "que deve ser de todos", com a preservação do meio ambiente. Para o presidente, o enfrentamento das mudanças climáticas deve ter o foco na transição energética na promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

"As florestas tropicais não são santuários para o deleite da elite global, tampouco podem ser tratadas como depósitos de riquezas a serem exportadas. Debaixo de cada árvore vivem trabalhadoras e trabalhadores que precisam de emprego e renda. A sociobioeconomia, a industrialização verde e as energias renováveis são grandes oportunidades para ampliar o bem-estar coletivo e efetivar a transição justa que defendemos", disse Lula, destacando ainda que a transição ecológica deve ser pensada junto com a transição digital.

"Ações e políticas voltadas para o desenvolvimento de habilidades digitais e sustentáveis serão fundamentais em uma economia global cada vez mais descarbonizada e intensiva em tecnologia [...]. A inteligência artificial transformará radicalmente nosso modo de vida. Teremos que atuar para que seus benefícios cheguem a todos e não apenas aos mesmos países que sempre ficam com a parte melhor. Do contrário, tenderá a reforçar vieses e hierarquias geopolíticas, culturais, sociais e de gênero", afirmou.

Por fim, o presidente destacou a importância do lançamento da coalizão e voltou a defender a participação mais igualitária dos países em desenvolvimento nos organismos de governança global.

"A coalizão que estamos lançando hoje será uma ferramenta central para construir uma transição com justiça social, trabalho decente e igualdade. Isso será particularmente importante neste contexto de transição para uma ordem multipolar, que exigirá mudanças profundas nas instituições. Por isso o Brasil vai trabalhar pela ratificação da Emenda de 1986 à Constituição da OIT, que propõe eliminar os assentos permanentes dos países mais industrializados no conselho da organização", disse.

"Não faz sentido apelar aos países em desenvolvimento para que contribuam para a resolução das crises que o mundo enfrenta hoje sem que estejam adequadamente representados nos principais órgãos de governança global. Nossas decisões só terão legitimidade e eficácia se tomadas e implementadas democraticamente", acrescentou o presidente. (Agência Brasil)

Paraná se destaca em fórum nacional pela política de investimentos nas mulheres

O Paraná foi destaque no II Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para Mulheres, realizado em Brasília, nesta semana. Chamou a atenção a experiência pioneira do Estado na transferência de recursos públicos para os municípios, na modalidade fundo a fundo, sendo o único estado com um sistema de financiamento específico para políticas voltadas às mulheres.

O encontro reuniu cerca de 300 gestoras para troca de experiências e boas práticas nesta área, além de ter sido um espaço de debate sobre orçamento para ações voltadas às mulheres, misoginia, igualdade salarial e violência de gênero e à participação das mulheres em espaços de poder.

No ano passado, o repasse fundo a fundo foi de R$ 6 milhões aos 75 municípios que preencheram os requisitos. O dinheiro foi utilizado em ações e políticas para as mulheres. Os valores variaram de R$ 45 mil a R$ 210 mil, por município, de acordo com o porte e estruturas existentes. Neste ano, o Estado autorizou o repasse de R$ 20 milhões para as prefeituras aplicarem no fortalecimento da rede de proteção e no enfrentamento das violências.

A Semipi já habilitou 154 municípios para receber recursos para programas e ações voltadas às mulheres, na modalidade de transferência feita diretamente do Fedim-PR para fundos municipais. O número de cidades elegíveis cresceu 105% em relação aos 75 municípios beneficiados no último ano.

Além do inovador sistema repasse, a Semipi também apresentou a experiência da Caravana Paraná Unido pelas Mulheres, que leva programas desta área aos municípios. Esse programa concorre ao Prêmio Innovare 2024, iniciativa que tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil.

A Caravana Paraná Unido pelas Mulheres concorre, junto com mais 127 candidatos, na categoria Justiça e Cidadania. Ao todo, 732 trabalhos foram aprovados para participação nesta edição do prêmio. Eles foram divulgados durante o Fórum de Gestoras de Políticas Públicas para Mulheres.

"Temos orgulho de compartilhar nossas iniciativas pioneiras. Acreditamos que eventos como este são essenciais para promover a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher em âmbito nacional", disse a secretária da Semipi, Leandre Dal Ponte. A troca de experiências e práticas entre os estados fortalece nossa capacidade de implementar ações efetivas e inovadoras". (AENPR)

Brasil tem 45% de cobertura em saúde bucal; meta é chegar a 70%

O Brasil registra atualmente cerca de 45% de cobertura em saúde bucal. A meta do governo federal é alcançar pelo menos 70%. Os índices foram divulgados na quinta-feira (13) pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, durante evento em comemoração aos 20 anos da Política Nacional de Saúde Bucal, em Brasília.

"Desde o ano passado, a partir de um trabalho de recomposição orçamentária, com o fim da PEC 95 e com a prioridade dada pelo governo federal a essa política, conseguimos, de fato, uma ampliação – e isso passa, naturalmente, pela questão da priorização no orçamento", avaliou a ministra.

"Hoje, temos R$ 4,3 bilhões de investimento, no ano de 2024, em saúde bucal, o que representa crescimento de 123% em relação a 2023. Esse é um indicador importante de prioridade", completou.

Segundo o Ministério da Saúde, o montante possibilita, por exemplo, a implantação de mais de 6 mil equipes de saúde bucal e 100 Centros de Especialidades Odontológicas, além da aquisição de 300 Unidades Odontológicas Móveis.

Dados da pesquisa Saúde Bucal Brasil 2020/2023 divulgados na quinta-feira indicam que 53% das crianças de 5 anos entrevistadas não tinham cárie. Mais de 40 mil pessoas foram ouvidas e examinadas nas 27 capitais e em 403 municípios do interior do país – incluindo 7.198 crianças.

O índice é 14% maior do que o resultado da última pesquisa, em 2010, quando 46,6% das crianças entrevistadas estavam livres da doença.

O estudo destaca importante aumento de crianças de 5 anos livres de cárie, entre 2010 e 2023, nas regiões Sul (40,7%), Sudeste (21,9%), Nordeste (17,1%) e Norte (11,2%), tanto nas capitais como nas cidades do interior. O Centro-Oeste, por outro lado, apresentou pequena diminuição na proporção, passando de 38,8% para 37,9%. (Agência Brasil)

Saúde reajusta bolsa do Mais Médicos em 8,4%

O Ministério da Saúde reajustou em 8,4% a bolsa de profissionais do Programa Mais Médicos. Com o aumento, o valor líquido passa de R$ 11.530,04 para R$ 12.500,80. A portaria com o reajuste foi publicada no Diário Oficial da União. Segundo a pasta, a última atualização da bolsa-formação havia sido feita em 2019.

Em nota, o ministério destacou que o valor será pago a partir da próxima remuneração, no primeiro dia útil de julho. O reajuste vai ampliar ainda os valores de ajuda de custo, pagos quando o médico muda de cidade para atuar no programa, que variam de uma a três bolsas-formação, a depender da localidade de atuação.

"A medida também vai ampliar as indenizações por fixação, que são o valor acumulado da soma das bolsas-formação que o profissional pode receber ao final dos quatro anos do programa. Esses incentivos variam de 10% a 80% do total de bolsas recebidas, a depender da localidade de atuação e da condição do médico."

Dados da pasta indicam que o Mais Médicos conta com 24,9 mil vagas ocupadas e 2,6 mil em ocupação. A meta estabelecida pelo governo federal para 2024 é de 28 mil médicos ativos. Ainda segundo o ministério, 60% dos médicos em atuação em municípios mais vulneráveis pertencem ao programa. (Agência Brasil)

Cadastro de condenados por violência contra mulher vai ao Senado

Segue para o Senado o projeto de lei (PL) que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM). O texto foi aprovado na quarta-feira (12) pelo plenário da Câmara e prevê a criação de uma lista pública com o nome dos condenados por violência doméstica com sentença transitada em julgada, ou seja, sem mais chances de recursos.

O PL 1.099/24, de autoria da deputada Sivye Alves (União-GO), foi relatado pelo deputado Dr. Jaziel (PL-CE) e aprovado em votação simbólica, sem manifestações contrárias ao texto.

"O projeto vai trazer um norte, uma orientação para as mulheres que sofreram agressões, para que não vejam as mesmas pessoas cometerem contra outras mulheres a mesma criminalidade, a mesma crueldade que aconteceu na sua vida", disse o relator.

A deputada federal Daiana Santos (PCdoB-RS) foi uma das que elogiou a iniciativa. "Nós estamos juntas para fazer esse enfrentamento, para estruturar políticas que de fato impactem na vida dessa mulherada e para que nós tenhamos um avanço não só através desse cadastro, mas através da consciência e da participação feminina em todos os espaços", destacou.

O cadastro deve conter os condenados pelos seguintes crimes: feminicídio; estupro; estupro de vulnerável; violação sexual mediante fraude; importunação sexual; registro não autorizado de intimidação sexual; lesão corporal praticada contra a mulher; perseguição contra a mulher; e violência psicológica contra a mulher.

Os dados do cadastro devem incluir o nome completo e os documentos de identidade (RG e CPF) do condenado, além da filiação da pessoa, identificação biométrica e fotografia de frente. Impressão digital e endereço residencial também estão previstos no texto.

Caberá ao Executivo federal gerir o cadastro, compartilhando informações dos estados, Distrito Federal e municípios. Além disso, deve haver atualização periódica e o nome da pessoa condenada deve ficar disponível até o término do cumprimento da pena ou pelo prazo de três anos, se a pena for inferior a esse período. (Agência Brasil)

AGU e CGU assinam acordo de leniência com empresas da Noruega

O governo brasileiro assinou na quinta-feira (13) um acordo de leniência de R$ 152 milhões com três empresas da Noruega que atuam no mercado de navegação marítima. O acordo foi assinado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) com as empresas Viken Shipping, Viken Shuttle e Viken Fleet.

As empresas foram acusadas de viabilizarem pagamento de vantagens indevidas a um dos ex-presidentes da Transpetro Internacional, subsidiária da Petrobras, em contratos de afretamento de navios petroleiros. O nome do ex-gestor não foi divulgado.

As negociações para a assinatura do acordo começaram em 2020 e foram acompanhadas pelo Ministério Público Federal (MPF). O valor que será pago pelas empresas engloba o ressarcimento aos cofres públicos, devolução do pagamento de vantagem indevida, além do pagamento de multa prevista na Lei de Improbidade.

Durante a tramitação do processo, os representantes das empresas norueguesas afirmam que não tinham conhecimento prévio nem autorizaram o pagamento de vantagens indevidas em nome da companhia, mas assumiram a responsabilidade objetiva pela irregularidade. (Agência Brasil)

Agências reguladoras cancelam votações em apoio a servidores

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) decidiu na quinta-feira (13) retirar de pauta todos os itens que estavam previstos para serem votados, em apoio aos servidores das agências reguladoras, que estão em campanha pela valorização da categoria. Nesta semana, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) também deixaram de deliberar os itens da pauta para apoiar os servidores.

Os servidores das 11 agências reguladoras federais estão em negociação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) desde fevereiro. Eles rejeitaram a proposta apresentada pelo governo, que previa reajuste de 9% em 2025 e de 3,5% em 2026.

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) destaca que, além de estar abaixo do necessário para o nivelamento com as carreiras do ciclo de gestão, a proposta do governo "nem sequer recompõe o prejuízo de 17% que a categoria teve em relação às demais no acordo de 2015, uma vez que o mesmo se deu em apenas duas parcelas". Segundo a entidade, desde 2008, as agências reguladoras federais perderam mais de 3,8 mil servidores.

Na reunião da Anatel, o presidente da Sinagências, Fábio Gonçalves Rosa, destacou a necessidade de orçamento adequado para as agências, da valorização dos servidores e da abertura de concursos públicos para a recomposição de quadros. "Além de garantir o desenvolvimento econômico sustentável do país, as agências reguladoras têm papel social fundamental de garantir a segurança jurídica para os consumidores, garantir o acesso a bens e serviços de qualidade, com segurança", disse.

A representante da União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais (UnaReg), Carla Pereira, informou que o último reajuste da categoria ocorreu em janeiro de 2017 e, desde então, a inflação acumulada é de mais de 40%. "Tal defasagem se torna um obstáculo para a manutenção de um quadro capacitado nas agências e para a atração de novos servidores via concurso."

Segundo o presidente da Anatel, Carlos Baigorri, atualmente a agência conta com o menor quadro de servidores de sua história, o que resulta em estresse, sobrecarga de trabalho e adoecimento. "A cada dia, os assuntos estão ficando mais complexos e desafiadores, e os servidores estão cada vez mais sobrecarregados", disse. (Agência Brasil)